

COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BAHIA: DESENVOLVIMENTOS, DIFUSÃO E CULTURAS

Esta mesa coordenada pretende discutir resultados de pesquisas de pesquisadores e professoras do Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDC) que versam sobre difusão de saberes e práticas culturais, desenvolvimentos, sustentabilidade e turismo em comunidades tradicionais, em especial quilombolas, indígenas e marisqueiras no Estado da Bahia.

A professora Dra. Maria de Fatima Hanaque Campos apresenta a palestra “Práticas e saberes das marisqueiras da comunidade de Mangue Seco em Valença (BA): uma perspectiva para o desenvolvimento social”, fruto de sua pesquisa em colaboração com a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, também professora do PPGDC. Para tanto, são identificadas e visibilizadas as práticas e saberes das marisqueiras envolvidas no projeto levando em consideração o papel estratégico do conhecimento nas dimensões da vida humana proporcionando melhores condições econômicas e socioculturais.

A mesa ainda conta com a apresentação de duas doutorandas e um doutorando do PPGDC, trazendo resultados de suas pesquisas de tese. A professora Me. Salete Vieira aborda o tema “Turismo e conhecimentos tradicionais quilombolas: as experiências das atividades na Bahia”, estudo desenvolvido conjuntamente com suas orientadoras, Dra. Clícia Benevides e Dra. Natalia Coimbra. Em sua fala, identifica e caracteriza, no Estado da Bahia, conhecimentos e práticas tradicionais quilombolas através das iniciativas comunitárias que desenvolvem atividades turísticas em seus territórios.

A professora Me. Adriana Melo Santos, traz a discussão “Aspectos da visitação turística na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira no contexto da COVID-19”, artigo escrito em parceria com sua colega de doutorado Me. Salete Vieira e a orientadora Dra. Natalia Coimbra. Sua apresentação registra que a atividade turística em territórios indígenas ocorre com grande expressividade na Bahia e que as comunidades Pataxó do Extremo Sul foram muito afetadas pela pandemia, pois obtêm sua renda principal do turismo. Nesse sentido, reflete em sua palestra acerca da visitação turística na Reserva Pataxó da Jaqueira, contextualizando sua adaptação aos protocolos de segurança para a prevenção da COVID-19.

O professor Me. Ricardo Rodrigues Mendes discorrerá sobre “Povos originários do Extremo Sul da Bahia: resistência e desenvolvimento sustentável”, estudo elaborado em colaboração com sua orientadora, Dra. Clícia Benevides. O processo de resistência desses povos mediante às práticas que degradam e cobiçam suas terras é contínuo e, como um meio de sobrevivência, os mesmos vêm se apoiando no turismo sustentável como forma de difusão cultural através de práticas que agregam conhecimentos tradicionais, educação, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico. Nesta palestra traça um histórico de resistência e desenvolvimento sustentável através do artesanato, por parte dos povos originários brasileiros, com ênfase na etnia Pataxó residente no Extremo Sul da Bahia.

A mesa coordenada está composta pelos(as) pesquisadores(as):

Maria de Fátima Hanaque Campos é doutora em História da Arte (Universidade do Porto), mestre em História da Arte (USP) e graduada em Artes Plásticas (UFBA). Professora titular da UNEB no Curso de História e no Doutorado Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Tem experiência na área de história da arte, iconografia, artistas baianos nos séculos XIX e XX, artistas viajantes no Brasil.

Salette Vieira é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Graduada em Turismo (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e mestre em Cultura e Turismo (UESC). Professora assistente da UNEB no Curso de Turismo e Hotelaria. Tem experiência na área de turismo, comunidades tradicionais, cultura, etnoturismo, eventos e lazer.

Adriana Melo Santos é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC). Especialista em Gestão Ambiental (UTFPR), Educação à Distância (UNEB) e graduada em Turismo. Professora titular do IFBA-Valença. Tem experiência na área de turismo, educação, meio ambiente, hospitalidade e tecnologias.

Ricardo Rodrigues Mendes é doutorando no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), mestre em Avaliação nas Atividades Físicas e Desportivas (UTAD-Portugal) e graduado em Educação Física (UNIMONTES). Professor EBTT do IFBA. Tem experiência na área de ensino, educação física com ênfase em saúde coletiva e interculturalidade.

PRÁTICAS E SABERES DAS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO EM VALENÇA (BA): UMA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

Maria de Fatima Hanaque Campos¹
Ana Maria Ferreira Menezes²

Resumo: O objetivo desse artigo foi identificar práticas e saberes na comunidade de Mangue Seco em Valença (BA), levando em conta a perspectiva do desenvolvimento social, que está correlacionado com o projeto de pesquisa Mapeamento e Difusão de Ferramentas de Gestão do Conhecimento e Capital Social em comunidades locais: um estudo sobre as marisqueiras do Mangue Seco em Valença – (Ba). A metodologia adotada tem caráter interdisciplinar e de análise qualitativa, referenciada no embasamento teórico da pesquisa-ação. Como resultado ressalta-se o a visibilidade das práticas e saberes das marisqueiras envolvidas no projeto levando em consideração o papel estratégico do conhecimento nas dimensões da vida humana proporcionando melhores condições econômicas e socioculturais.

Palavras-chave: Conhecimento; práticas e saberes; desenvolvimento.

Introdução

A atividade de mariscagem encontra-se como alternativa de sobrevivência de comunidades tradicionais que vivem as margens dos manguezais, estuários e áreas litorâneas. Essa atividade tem sido a principal base econômica que garante a sobrevivência, possibilitando, principalmente, às mulheres, possuidoras de um conhecimento expresso em práticas e saberes, assumirem a criação dos filhos na maioria das vezes sem o auxílio dos pais.

Essa atividade tem sido objeto de estudo de pesquisadores vinculados a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em 2011 foi formulado o projeto de pesquisa Mapeamento e Difusão de Ferramentas de Gestão do Conhecimento e Capital Social em comunidades locais: um estudo sobre as marisqueiras do Mangue Seco em Valença – (Ba), que buscou investigar, em conjunto com a comunidade, quais

* Este artigo apresenta resultados decorrentes do projeto de pesquisa Mapeamento e Difusão de Ferramentas de Gestão do Conhecimento e Capital Social em comunidades locais: um estudo sobre as marisqueiras do Mangue Seco em Valença – (Ba), financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

¹ Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: fatimahanaque@hotmail.com

² Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: ana_mmenezes@hotmail.com

ferramentas de gestão do conhecimento podem contribuir para a melhoria das atividades produtivas de mariscos na comunidade de Mangue Seco em Valença (BA), bem como acompanhar e avaliar a implementação das mesmas. Esta pesquisa tem caráter interdisciplinar e assume como metodologia a análise qualitativa, referenciada no embasamento teórico da pesquisa-ação, que procura conhecer e intervir em uma realidade, porém de forma dialogada, considerando dimensões econômicas e socioculturais.

A partir dos resultados desta pesquisa objetivou-se neste artigo identificar práticas e saberes da comunidade de Mangue Seco em Valença (BA), levando em conta a perspectiva do desenvolvimento social. Para atingir a este objetivo percorreram-se os seguintes caminhos: elaborou-se uma fundamentação teórica acerca do conhecimento, do desenvolvimento e da interdisciplinaridade; em seguida, identificaram-se as práticas e saberes da comunidade de Mangue Seco; por fim, apresentaram-se as considerações finais.

Conhecimento, desenvolvimento e interdisciplinaridade

O papel da informação e do conhecimento projeta-se sobre diferentes dimensões da vida e do trabalho humano, de modo que as dinâmicas cognitivas, colaborativas e socioespacial tornam-se interdependentes. Desta forma, a revalorização do homem nesta Sociedade do Conhecimento dá-se a partir da sua capacidade de pensar, de elaborar analogias simples e complexas, de informação e do conhecimento (PITOMBO, 2012).

As práticas e saberes na mariscagem são entendidas aqui como expressões do fazer humano, que se constituem elementos da cultura material na medida em que produz conhecimento a partir da experiência cumulativa passada através de relações familiares ou de dinâmicas desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas.

As relações colaborativas identificadas na comunidade das marisqueiras possibilitam o compartilhamento de informações direcionadas ao melhoramento da atividade produtiva, bem como agregar valor ao processo de organização que se refletirá na capacidade de desenvolver habilidades dos sujeitos de aprender e criar novo conhecimento, individualmente ou em grupo e principalmente, em rede.

Na atualidade, o desenvolvimento parece advir da valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, a valorização das potencialidades humanas. Segundo Joan Robinson (1961), desenvolvimento deve corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not the least* – liberdade.

Sen (2000) corrobora a opinião de Joan Robinson ao defender que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O desenvolvimento não deve ter como objetivo final, apenas, a melhoria de variáveis como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. São variáveis, obviamente, importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Depreende-se que a área sociocultural deve ter papel prioritário no desenvolvimento de um país, estado, município ou comunidade.

A questão do desenvolvimento pode ser identificada no contexto em que o modelo adotado deva ser aquele em que se coloque o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social e do equilíbrio ecológico. Assim, é necessário que a produção de riquezas caminhe junto com a produção de conhecimentos, perseguindo-se, entre outras medidas: a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social; e, a descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento.

A complexidade do objeto de estudo deste trabalho requer que o mesmo seja tratado numa perspectiva interdisciplinar, na qual se pode articular saberes de diversas ciências que possam dar conta desse objeto de pesquisa. A interdisciplinaridade surge, então, como uma das alternativas de abordagem para essa nova forma de investigar os fenômenos (HOFF et al., 2007, p. 44). Para Cutolo (2007, p. 19) coloca que a interdisciplinaridade pode ser caracterizada “como a possibilidade do trabalho conjunto na busca de soluções, respeitando-se as bases disciplinares específicas”.

Práticas e saberes das marisqueiras da Comunidade de Mangue Seco

No Brasil muitas são as comunidades tradicionais que abrigam mulheres pescadoras que vivem às margens dos manguezais e estuários. Tais mulheres sobrevivem da atividade da mariscagem que é conhecida como a prática de capturar e beneficiar animais aquáticos e é especialmente exercida por mulheres.

A atividade originou-se da necessidade de as mulheres ajudarem seus maridos que ao voltarem da pesca traziam os pescados, que eram inicialmente limpos e eviscerados por elas, para além de ocuparem-se com a lide doméstica. Dessa maneira, esta atividade consubstanciou-se, por décadas, como trabalho doméstico visto que era uma extensão deste, possuindo, desta forma, características similares ao mesmo, especialmente aquelas orientadas para a subsistência. Posteriormente, as mulheres também passaram a frequentar o mar e os manguezais para desenvolverem a atividade de pesca, não mais para auxiliar seus maridos e sim para extrair da natureza os alimentos para a sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, buscamos estudar a atividade da mariscagem, que se constitui como a ação de apanhar, procurar, buscar ou catar mariscos (camarão, lagosta, siri, ostra, aratu, gaiamun), em seus vários aspectos: a complexidade do conhecimento que se mantém ao longo de várias gerações, sendo ressignificados com as condições histórico-culturais, as técnicas e instrumentos que tem sido utilizado no processo produtivo, a habilidade manual necessária para realizar a separação do alimento das estruturas ósseas e por fim, os movimentos cíclicos de reprodução dos crustáceos.

Brunet (2006) corrobora com a complexidade desse conhecimento, através da pesquisa efetuada em uma turma de estudantes de uma escola pública estadual de ensino fundamental, em sua maioria, moradores de uma comunidade de pesca tradicional em área de manguezal no NE do Brasil – Baiacu, Ilha de Itaparica (Ba). Os dados revelaram o conhecimento detalhado dos estudantes na identificação e etnoclassificação das espécies, sua descrição anatômica/funcional e sua ecologia, além de considerações de ordem estética e outras relacionadas com a preservação do ecossistema manguezal.

A atividade de mariscagem envolve saberes que são adquiridos através das tradições locais, da observação direta do fazer, do contato com a natureza. O processo

de aprendizagem exige adaptações, e uma relação direta entre o mestre e o aprendiz. A realidade social está repleta de ideais, imagens, símbolos, e o trabalho pode representar um instrumento de significação das dimensões de construção e de aprendizado econômico, biológico, histórico, afetivo e cultural do ser humano.

O nosso objetivo é identificar as práticas e saberes das marisqueiras da comunidade de Mangue Seco do município de Valença, na Bahia. O município, que se encontra a 262 quilômetros de distância de Salvador, capital do estado, sobre uma extensa faixa, ao litoral sul da Bahia, entre a Baía de Todos os Santos e a Baía de Camamu, que exhibe ricos ecossistemas, a exemplo de manguezais, mata atlântica, restingas e, muitas vezes, uma combinação de todos eles. De acordo com os dados do IBGE, o município apresenta como principais atividades geradoras de emprego e renda aquelas que compõem o setor primário da economia, quais sejam: agricultura, pecuária, pesca; seguido do setor secundário representado pela construção naval e a indústria têxtil; e o setor terciário com as atividades relacionadas ao comércio e ao turismo.

A comunidade de Mangue Seco constitui-se em um bairro periférico do Município de Valença (Ba). Nesta comunidade vivem cerca de 400 famílias (em torno de 1.500) pessoas. A maioria sobrevive de atividades tradicionais sendo que homens se dedicam a pesca e mulheres dedicam-se à mariscagem, ou seja, sobrevivem das lidas do mar. Este bairro é conhecido pelos altos níveis de violência atrelados ao tráfico de drogas e seus moradores vivem à margem da sociedade.

Estas atividades apesar de significativas no município, ainda se fundamentam em práticas tradicionais de baixa produtividade. Percebe-se a deficiência na infraestrutura de apoio, traduzido no baixo nível tecnológico utilizado, na insuficiência de frigoríficos e entrepostos devidamente planejados. A ausência de capacitação das pessoas envolvidas na atividade e a dificuldade na organização social e financeira dos grupos envolvidos induzem à submissão da distribuição e da comercialização do pescado *in natura* à intermediação. Desse modo, os produtos chegam a comercialização com preços mais altos, sem que com isso resulte em maior renda para o pescador e, especialmente para as marisqueiras. O beneficiamento é relativamente pequeno, o que proporciona uma reduzida agregação de valor à produção pesqueira local.

A atividade de mariscagem está ligada a referências culturais de um povo, e envolvem saberes que são adquiridos através das tradições locais, na observação direta, no contato com a natureza. Ao interferir na natureza, através das técnicas já utilizadas e ao criar novas técnicas, a experiência humana se torna fonte de ideias e de sustento.

Para efeitos de apropriação do objeto de estudo, construiu-se um tripé entre as ciências sociais aplicadas, ciências exatas, linguística, letras e artes. Assim, o 1º eixo, das ciências sociais aplicadas, particularmente a economia, busca intermediar possibilidades e melhorias das atividades produtivas de mariscos. O 2º eixo, das ciências exatas e da terra, particularmente a química, busca treinar as marisqueiras, através de oficinas, no trato dos mariscos, principalmente no que pese as boas práticas, cuidados de higiene e de aspectos químicos. O 3º eixo, linguística, letras e arte, particularmente relacionada com diversidade cultural, busca identificar a história de vida, expressões artísticas e culturais, relacionadas com o seu ambiente. Esses eixos estão representados no design cognitivo da interdisciplinaridade na análise das marisqueiras de Mangue Seco, Valença (Ba), conforme figura 1.

Figura 1: Design cognitivo da interdisciplinaridade na análise das marisqueiras de Mangue Seco – Valença (Ba)



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

O grupo de mulheres de Mangue Seco se divide basicamente em marisqueiras e catadeiras, que extraem do mangue sururu, ostra, siri, aratu e caranguejo, além disso, o grupo trabalha ainda com o filetamento do camarão.

As marisqueiras catadeiras são as mulheres que não precisam ir ao mangue extrair os mariscos, porém necessitam acompanhar toda a dinâmica das marés para obterem a matéria prima de seu trabalho. Independente da hora que elas cheguem a suas casas o processo do beneficiamento tem que dar início com certa urgência, pois os mariscos são altamente perecíveis e qualquer atraso no seu trato poderá ocasionar degeneração do produto.

A categoria denominada de marisqueiras refere-se aquelas mulheres que vão ao mangue extrair da natureza seu próprio meio de subsistência utilizando as mãos como principal instrumento de seu trabalho, tendo muitas vezes que mergulhar nas águas poluídas, enfrentar alguns animais peçonhentos e até mesmo sofrer com a violência humana que se propaga cada vez mais.

É possível verificar em períodos de escassez, que as marisqueiras e catadeiras realizam trabalho artesanal com conchas do mar, pedras ornamentais, confeccionando brincos, colares e outros enfeites que se reverterem em contribuição efetiva para a renda familiar, principalmente no verão, quando a cidade recebe um grande número de turistas.

Nesta perspectiva, os pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa, acima referenciado, desenvolveram uma série de ações, durante o período de 2012 a 2014, como cursos, palestras e oficinas, com o objetivo de propiciar a difusão de conhecimentos, bem como o aprimoramento de práticas voltadas para a melhoria da atividade da mariscagem, tanto no seu processo produtivo, quanto na questão relacionada com a comercialização. Objetivando também a melhoria do padrão de renda das marisqueiras foram oferecidas algumas oficinas de artesanato em escamas de peixes. Estas atividades foram desenvolvidas nas dependências do Instituto Federal da Bahia (IFBA), localizado no município de Valença (BA), instituição parceira, e algumas delas estão descritas a seguir.

O curso de Tecnologia de Pescado ocorrido em agosto de 2012, ministrado pelo Professor José Antônio Muniz, objetivou capacitar as marisqueiras do Mangue Seco no

aprendizado de novas técnicas de beneficiamento de pescado e marisco, entre outros. Neste curso foram realizadas as seguintes oficinas: filetagem das tilápias; apresuntado de peixe; defumação das tilápias; patê de camarão; e, preparação de lasanhas e técnicas de embalagem.

Em maio de 2013 realizou-se o Curso de Artesanato em Escamas de Peixes, que objetivou desenvolver práticas de manejo das escamas para elaborar as bijuterias. As mulheres empenharam-se para aprender o passo a passo e as técnicas para a criação das peças. O curso possibilitou trocas de saberes entre as mulheres, suas filhas e a equipe, tornando assim, um ambiente alegre e de aprendizado. No curso as marisqueiras tiveram a oportunidade de aprender as principais técnicas e posteriormente aplicá-las na confecção das peças. A professora ensinou o procedimento de coleta, lavagem e triagem das escamas para o início da atividade. Foram elaboradas diversas peças, a exemplo de colares, brincos e pulseiras. A intenção do curso foi de sensibilizar as marisqueiras para oportunidades de incremento de renda, descoberta de aptidões e desenvolvimento social, sendo a criação de peças de artesanato em escamas uma atividade proposta para ser desenvolvida no período do defeso

Em outubro de 2014 realizou-se o curso de Boas Práticas de Produção, organizado pelo Projeto Maria Marisqueira, para capacitar as marisqueiras na higienização e organização de materiais e instrumentos necessários para as atividades de mariscagem. Este curso foi ministrado pelo facilitador Vinícius Silvany Santana, que orientou a divisão de trabalho e o que cada equipe iria fazer. Apresentou os equipamentos de trabalho como: luva, bota, touca, óculos e avental. Em seguida a forma correta de higienização das mãos. Outro ponto importante é a higienização do espaço onde será realizado o trabalho. O relevante dessa oficina foi a apresentação para as marisqueiras das ferramentas de trabalho e do cuidado necessário para cada atividade.

Para além desses cursos o projeto de pesquisa teve por objetivo refletir junto com as marisqueiras sobre oportunidades que possam emergir de iniciativas e melhorias comunitárias. O grupo de pesquisadores, que compõem o referido projeto de pesquisa, identificou, a partir da escuta das marisqueiras, a necessidade de reforçar capacidade produtiva e solidária da comunidade do Mangue Seco em Valença (BA). Nesse sentido, definiu-se coletivamente ações para resolução dos problemas locais, bem como o

empoderamento e engajamento social. A melhoria da produção, a difusão e conversão de conhecimento efetivamente produtivo para a comunidade revelam-se no alargamento das possibilidades de emancipação, organização, cooperação e melhoria da qualidade de vida do grupo de marisqueiras envolvidas no projeto.

A melhoria da produção, a difusão e conversão de conhecimento, originalmente gestada no seio das empresas, assumem na atualidade um viés mais amplo. Este viés está voltado para o conhecimento em espaços públicos e sociais podendo abrigar uma gama de processos de construção e difusão de saberes e competências a fim de validá-los para uso coletivo conforme sugere o espiral da conversão do conhecimento de Takeuchi e Nonaka (2008).

Neste sentido, pode-se conceber a aplicação da gestão do conhecimento em espaços sociais objetivando tanto a transformação do conhecimento tácito, aquele que pertencem e é de difícil transferência, em conhecimento explícito. O conhecimento produzido passa por um processo de socialização e o compartilhamento de saberes a partir da troca criando condições para o desenvolvimento das pessoas.

A criação, a socialização e o compartilhamento do conhecimento e informações, bem como a conversão destes em inovações, constituem-se como processos socioculturais e suas práticas e relações inscrevem-se no espaço e na própria produção do espaço. O papel do conhecimento na gestão de redes sociais se configura como um mecanismo para a geração de conhecimento utilizável, na medida em que possibilita às pessoas estabelecer laços cooperativos com vistas à socialização, externalização, combinação e internalização da informação necessária à organização de coletivos em geral.

Este processo de conversão do conhecimento gira ininterruptamente a partir das interações dos indivíduos entre si e com os veículos de conhecimento explicitados. Neste sentido, construiu-se um design cognitivo das ferramentas de conhecimento e capital social das marisqueiras de Mangue Seco – Valença (Ba), adaptado a partir de Takeuchi; Nonaka (2008).

O papel da gestão do conhecimento na sociedade democrática se reveste de suma importância, posto que pode proporcionar uma inserção social que, por sua vez, pode levar à redução das desigualdades sociais. Assim, Menezes e Campos (2009)

salientam a importância de se reconhecer as especificidades da sociedade do conhecimento, relacionando conceitos como aprendizagem organizacional, desenvolvimento de competências, capital humano e intelectual.

Estes conceitos possibilitam articulação com diferentes formas do conhecimento e aos processos de circulação, absorção e acumulação através dos quais o conhecimento passa a ser considerado como ferramenta de inclusão social e profissional e ativo estratégico vinculado a processos inovativos. O design cognitivo das ferramentas de conhecimento e capital social das marisqueiras de Mangue Seco, em Valença (Ba), é detalhado na Figura 2, a seguir.

Figura 2: Design cognitivo das ferramentas de conhecimento e capital social das marisqueiras de Mangue Seco – Valença (Ba).



Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi, 2008

Considerações Finais

O projeto de pesquisa referenciado vem gerando inúmeros resultados, entre os visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, que podem ser elencados através da rede colaborativa, cooperativa e participativa de todos os atores envolvidos no processo (docentes, discentes de graduação e nível médio, graduados, mestres e mestrandos, doutores e doutorandos, pesquisadores locais, técnicos, empresários, sujeitos da comunidade, representantes de projetos sociais e outros, que juntos vem materializando saberes, sabores e ações geradoras de trabalho e renda. Para tanto, tem sido travado um esforço em recuperar o passado e analisar a situação presente do território, de forma a construirmos um ciclo de solidariedade ao qual cada ator social local subordinará seus interesses particulares em função dos interesses comuns.

Embora seja claro para os pesquisadores a importância da visibilidade dos saberes e práticas de mariscagem, o que possibilitou um reconhecimento do valor social e histórico-cultural dessa comunidade, a própria comunidade está distante do reconhecimento deste valor e aguarda o reconhecimento externo para ela mesma assumir suas possibilidades e limites.

As oficinas realizadas indicam um grupo sem espírito de equipe, unido apenas por questões circunstanciais. As marisqueiras querem muito uma mudança de condição de vida, porém há um longo percurso até que elas decidam trilhar e desbravar caminhos por iniciativa própria. A pressão mesma do trabalho para sobreviver não lhes dá condições de refletir sobre a possibilidade de organizarem-se para lutarem juntas, e mais fortes, por melhoria da condição de vida.

Referências

- CUTOLO, Luiz Roberto Agea. Bases epistemológicas da interdisciplinaridade. In: SAUPE, Rosita; WENDHAUSEN, Águeda Lenita Pereira (orgs.). **Interdisciplinaridade e saúde**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
- HOFF, Débora Nayar et al. Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares. **RBPG**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 42-65, julho de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Estatísticas sobre educação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 08 de agosto de 2007.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Gestão do Conhecimento e capital social**: uma proposta metodológica para o desenvolvimento sustentável local. Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais: sociedade desiguais e paradigmas em confronto. Braga (PT): Anais (resumo), 04 a 07 de fevereiro de 2009.

PITOMBO, Arlindo. **Gestão Social do Conhecimento nos Centros Digitais de Cidadania (CDC)**: uma contribuição para a cidadania e desenvolvimento no campo. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2012.

ROBINSON, Joan. Equilibrium growth models. **The American Economic Review**, v. 51, pp. 159-167, june 1961.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TURISMO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS: AS EXPERIÊNCIAS DAS ATIVIDADES NA BAHIA

Saete Vieira¹
Clícia Maria de Jesus Benevides²
Natalia Coimbra de Sá³

Resumo: O Estado da Bahia se destaca pelo número de comunidades remanescentes de quilombos no território nacional. Detentoras de conhecimentos tradicionais diversos, muitas delas buscam no turismo uma estratégia de valorização e continuidade de sua cultura e também uma forma de geração de renda alternativa. Desta maneira, este artigo buscou identificar os conhecimentos e práticas tradicionais quilombolas através das iniciativas turísticas em seus territórios. A pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, com revisão bibliográfica e dados obtidos das iniciativas através de levantamento de decretos, editais, teses, dissertações, artigos científicos, além do acesso às redes sociais das iniciativas e seus materiais de divulgação. Verificou-se neste levantamento doze iniciativas organizadas de turismo em comunidades quilombolas, localizadas principalmente na região do Recôncavo Baiano. Dentre as principais práticas e conhecimentos apresentados se destacam a culinária local, samba de roda e as terapias de cura e saúde. Observou-se nesta pesquisa que o turismo pode impulsionar as atividades culturais nos quilombos baianos, mas, antes de tudo, eles necessitam sejam atendidas suas necessidades básicas como direito à propriedade, saneamento e saúde.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; turismo; conhecimentos tradicionais e ancestrais; práticas turísticas.

Introdução

O turismo em comunidades tradicionais tem se desenvolvido a partir de uma crescente procura, tendo como perspectivas as vivências que proporcionem atividades, práticas e espaços relacionados aos conhecimentos ancestrais. Para as comunidades receptoras essa atividade pode, ao mesmo tempo em que gera renda, também funcionar como instrumento de manutenção e valorização de suas tradições (ARRUDA; GONÇALVES, 2018).

¹ Doutoranda em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Mestre em Cultura e Turismo (UESC). Professora Assistente do Curso de Turismo e Hotelaria (UNEB - *Campus* I). E-mail: saete.vieira@gmail.com

² Doutora em Química (UFBA). Mestre em Nutrição (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) e do Curso de Nutrição (UNEB). Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão em Saúde (UAB/EAD/UNEB). E-mail: bclicia@gmail.com

³ Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). Mestre em Análise Regional (UNIFACS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) e do Curso de Turismo e Hotelaria (UNEB). E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

Verifica-se, assim, que é necessário, cada vez mais, estudos que proporcionem às comunidades tradicionais apontamentos sobre as rápidas transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo em seus territórios. Muitas delas buscam padrões de desenvolvimento que lhes permitam conciliar crescimento econômico, equidade social e conservação dos patrimônios socioculturais que as compõem (CARVALHO, 2018).

São exemplos dessa dinâmica as comunidades remanescentes de quilombos, detentoras de formas de reprodução cultural diferenciadas, que enfrentam uma série de desafios na tentativa de garantirem a continuidade histórica de suas identidades e de seus patrimônios.

A forma da organização da cultura, tradições e práticas das comunidades quilombolas e a interação com o meio ambiente onde se reproduzem configuram um espaço imaginário simbólico que desperta um forte interesse para a atração de visitantes (SILVA; CARVALHO, 2010).

De acordo com Santos (2013), o Estado da Bahia recebeu um grande contingente de pessoas que foram escravizadas durante o período colonial, fato muito presente na formação das identidades que compõem a diversidade cultural do estado, o que é refletido no grande número de comunidades rurais remanescente de quilombos ali encontradas que, de acordo com a Fundação Palmares (2021), é de 872 comunidades certificadas.

Essas comunidades buscam, através do turismo, uma forma alternativa de reconhecimento identitário e afirmação sociocultural, enfrentando problemas socioeconômicos pré-existentes como conflitos fundiários, falta de acesso à saúde, educação, intolerância religiosa, entre outros. Para essas comunidades tradicionais, em especial quilombolas, a atividade turística pode ter um papel importante na construção de um padrão de desenvolvimento alternativo. Por outro lado, deve também colaborar na conservação do meio ambiente onde estão inseridas como forma de difusão de suas práticas culturais e conhecimentos ancestrais.

Desta maneira, este artigo buscou identificar os conhecimentos tradicionais quilombolas através das atividades oferecidas aos visitantes pelas iniciativas de turismo em quilombos na Bahia. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo foi

baseada em pesquisa exploratória com levantamento de dados secundários, de natureza quanti-qualitativa, através de análise documental e revisão bibliográfica para discussão das temáticas propostas. Assim, foram obtidas informações acerca das comunidades por meio de decretos de entidades públicas, editais de financiamento, teses, dissertações, e artigos científicos que abordam quilombos, além de redes sociais das comunidades e seus materiais próprios de divulgação.

Na primeira seção é realizada uma reflexão acerca dos elementos formadores dos quilombos e sua difusão de saberes e práticas. Posteriormente, são analisadas questões relacionadas aos elementos culturais das comunidades quilombolas contextualizando-as com as experiências no turismo. Na terceira seção são apresentados os resultados e levantamentos da pesquisa referentes às atividades práticas do turismo e conhecimentos tradicionais nas comunidades quilombolas na Bahia. E, por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Conhecimentos tradicionais quilombolas no Brasil

A formação dos quilombos no Brasil e as relações entre os participantes destas comunidades baseou-se, desde seu início, na luta pela resistência às políticas escravagistas no país. Para Silva (2013), a visão tradicional do que se entende como quilombo pode muitas vezes ser relacionada ao espaço fundado por negros escravizados que fugiam de fazendas e do controle de seus proprietários.

Porém, o termo possui vários questionamentos acerca dos territórios que, na atualidade, são denominados como quilombos, pois sua origem pode divergir da ideia criada somente do enfrentamento e da liberdade. De acordo com Marques (2009), há diferentes segmentos de grupos étnicos negros em contextos e regiões diversas, sendo que seus conhecimentos, ancestralidade e legados culturais e materiais são primordiais para a determinação e justificativa da sua presença e pertencimento em seus territórios.

Segundo O' Dwyer (2007, p. 1) os quilombos são:

grupos que desenvolvem práticas de resistência, na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.

Desta maneira, pode-se entender que os quilombos contemporâneos brasileiros possuem trajetórias diferenciadas sendo formados por escravizados fugidos, por ex-escravizados que ficaram em fazendas abandonadas, por terras doadas pelos antigos senhores e até mesmo algumas compradas por libertos (LIMA, 2019). Portanto, apesar das origens diversas, os quilombos possuem em comum a presença predominante de negros e negras com resistência cultural e vivências históricas em espaços onde se pratica agricultura de subsistência, pesca, caça, sem subdivisões e escrituras oficiais (PRICE, 1999).

Os territórios onde os quilombos estão inseridos também são parte de sua história, pois são a condição para a produção dos próprios meios de subsistência e à manutenção da cultura e tradições. Além disso, possuem direito ao território ocupado como comunidade tradicional, categoria em que se inserem as comunidades quilombolas, que está assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Territoriais (ADT): “Aos remanescentes das comunidades que estejam ocupando suas áreas, é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 1988).

As relações que as comunidades quilombolas mantêm também estão interligadas diretamente com o conhecimento tradicional, as vivências e valores compartilhados coletivamente. Nas terras quilombolas é possível verificar a difusão dos conhecimentos através do plantio e colheita dos alimentos, nas práticas da cura por meio das plantas medicinais que envolvem reza e benzimentos, nas festas religiosas e nas organizações comunitárias, sociais e jurídicas para a manutenção da vida (CORREIA, 2019).

Deste modo, os aspectos culturais quilombolas, que são relacionados aos sentidos de permanência, pertencimento e persistência, formam-se a partir das práticas de determinadas comunidades tornando-se o elo de identificação de grupo cultural comum, vetor de transmissão e compartilhamento de conhecimentos individuais e coletivos. Esses saberes e práticas são reinterpretados e reconfigurados para a atualidade, porém, mantendo-se a essência de origem (SILVA; CARVALHO, 2010).

Baseando-se nessa ideia observa-se que as comunidades quilombolas, além de se constituírem em lugares mantenedores de culturas específicas, podem incorporar seus

saberes e práticas através de atrativos culturais e roteiros atendendo às demandas nas quais se inserem o lazer e o turismo.

As relações entre os quilombos e o turismo

O turismo em comunidades quilombolas têm como principais atrações os bens culturais que englobam a memória e a identidade de seus povos, assim como manifestações populares como música, gastronomia, artes visuais, danças, artesanato, entre outras. Assim, as principais relações existentes entre as comunidades quilombolas e o turismo vêm no sentido da preservação de seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres (BRASIL, 2006).

A identidade étnica das comunidades quilombolas não se expressa de maneira única em todos os territórios, por isso há diversidade nos locais onde habitam, modos de vestir, alimentação e outros traços culturais. De acordo com Aguiar (2017), o turismo pode contribuir com restauração de alguns costumes e práticas que foram se perdendo com o passar dos anos.

Observa-se que alguns autores apontam a atividade turística como fator positivo para a valorização da cultura, porém, também existe o entendimento de que a entrada de visitantes pode contribuir para a descaracterização das comunidades, devido à inserção de novos hábitos e costumes (CARVALHO, 2018). Esses impactos, podem variar entre a “alteração do processo produtivo do artesanato para suprir a demanda, modificação na apresentação das manifestações folclóricas ou religiosas para despertar o interesse de turistas” ou ainda, “adequações necessárias para atender aos requisitos de conforto, segurança e acessibilidade” (SOUZA, 2016, p.24).

De acordo com localização e história, as comunidades quilombolas podem adaptar como serão apresentadas as atividades e conhecimentos nos roteiros, buscando um perfil de público principal de visitantes. Quando as iniciativas estiverem próximas e/ou fizerem parte de unidades de conservação, como APA's (Áreas de Proteção Ambiental) por exemplo, as atividades desenvolvidas estão em diálogo e contextualização com o meio ambiente natural.

Assim também, os quilombos que estão localizados em regiões de apelo cultural e histórico poderão focar suas atividades voltadas aos processos vividos em seus

territórios, aproveitando também o conjunto arquitetônico local, como igrejas e residências antigas para apresentar seu passado e ancestralidade.

As experiências turísticas nas comunidades quilombolas da Bahia

Conforme mencionando anteriormente, de acordo com a Fundação Palmares (2021) atualmente há 872 comunidades remanescentes de quilombos certificadas no Estado da Bahia, o que aponta para uma diversidade regional e local dessas comunidades, as quais estão localizadas em territórios rurais e também em cidades, como Salvador, sendo denominadas como quilombos urbanos.

Para que as comunidades possam se dedicar ao turismo em seus territórios defende-se como fundamental o direito à posse de suas terras e acesso à infraestrutura básica necessária para efetivação de condições dignas de vida de sua população. Porém, de acordo com Moreira e Almeida (2013), grande parte delas encontram-se ainda em situação de precariedade cujos reflexos são expressos através da irregularidade fundiária, falta de acesso à água potável, saneamento básico, educação e saúde, sistema de telefonia, área de lazer, educação de qualidade, valorização da cultura de matriz africana, além da infraestrutura precária de casas e do próprio território.

No caso específico de atividades relacionadas ao turismo, além dessas condições básicas, as comunidades precisam de estruturação e organização para o desenvolvimento das atividades turísticas. Desta maneira, neste estudo foram levantadas iniciativas de turismo consolidadas através dos dados da Rede de Turismo Comunitário da Bahia (Rede BATUC), Rede Emunde de Turismo Étnico-Afro e da Coordenação de Turismo Étnico da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Estas iniciativas foram identificadas e selecionadas por já terem recebido visitantes e participarem de redes ligadas à estruturação e planejamento da atividade turística, sendo o resultado apresentado no quadro 1:

Quadro 1: Iniciativas organizadas de turismo em comunidades quilombolas na Bahia.

Nº	Iniciativa/Quilombo	Município
1.	Quilombo do Remanso	Lençóis

2.	Grota Quilombola	Mirangaba
3.	Quilombo Erê	Jacobina
4.	Casa do Boneco/Quilombo D'Oiti	Itacaré
5.	Quilombo Dandá	Simões Filho
6.	Quilombo Tererê e Maragojipinho	Vera Cruz
7.	Quilombo Pitanga dos Palmares	Simões Filho
8.	Rota da Liberdade	Cachoeira
9.	Quilombo Cordoaria	Camaçari
10.	Quilombo Jatimane	Nilo Peçanha
11.	Quilombo Massarandupió	Entre Rios
12.	Quilombo Quingoma	Lauro de Freitas

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nesta pesquisa registra-se que todas as comunidades identificadas possuem certificação como remanescente de quilombo expedida pela Fundação Palmares, porém, muitas delas ainda não possuem titulação de suas terras e, conseqüentemente, não são repassados recursos oriundos do Governo Federal, ou seja, não há garantias de que na prática tal direito esteja sendo efetivamente respeitado (AMÉRICO; DIAS, 2019)

É importante salientar que duas dessas iniciativas possuem mais de uma comunidade remanescente quilombola participante. Este é o caso da Rota da Liberdade, com cinco quilombos: Kaonge, Dendê, Kalemba, Engenho da Ponte e Santiago do Iguape; e da Grota Quilombola com dois quilombos: de Palmeiras e de Coqueiros. Nesse contexto, a identidade étnica das diferentes comunidades quilombolas pode contribuir para o enriquecimento cultural dessas iniciativas de turismo, sendo construídas a partir de vivências e valores partilhados.

A região onde existem mais iniciativas é do Recôncavo Baiano, porém, todas as comunidades quilombolas neste levantamento estão localizadas em regiões onde a atividade turística é estimulada pelo poder público e, em sua maioria, possuem beleza cênica em seus territórios, existindo demanda real de turistas. Em função disso, mesmo que as comunidades não procurassem desenvolver atividades turísticas num primeiro momento, a presença marcante de turistas na região e a pressão do mercado funcionam fatores determinantes para a criação destas iniciativas (COSTA, 2015).

As atividades de turismo geraram em algumas das comunidades quilombolas da Bahia transformações significativas em seu modo de vida, como alterações nas atividades de subsistência, nas relações sociais, necessidades de consumo e perspectivas de vida (PEREIRA, 2014; COSTA, 2015). Assim, à medida que as comunidades usam o turismo como principal fonte de renda, as atividades de agricultura e pesca ficam em segundo plano.

A oportunidade de orientações para o desenvolvimento do turismo nessas comunidades, assim como o engajamento dos seus integrantes, é fundamental para o sucesso desse tipo de atividade. Dentre as comunidades, algumas se destacam pelo desenvolvimento da atividade turística de maneira organizada e estruturada, conforme a seguir: Casa do Boneco/Quilombo D'Oiti, Quilombo Remanso, Rota da Liberdade e Quilombo Jatimane. Essas iniciativas têm como características o estabelecimento de uma instância de governança para planejamento e execução de ações ligadas ao turismo, tendo nele uma das suas principais fontes de renda. Elas ainda possuem visitas regulares com roteiros pré-estabelecidos, que também são disponibilizados por agências de viagens, além de produções artesanais tradicionais específicas para os turistas.

Já nos quilombos Quingoma, Dandá, Pitanga dos Palmares, Massarandupió, Tereré, Maragojipinho, Cordoaria e nas comunidades da Grota Quilombola, a principal fonte de renda gira em torno das atividades de pesca, agricultura familiar e artesanatos feitos com “piaçava”, palmeira nativa do Estado da Bahia. Elas também apresentam desenvolvimento da atividade turística, formatação de roteiros e recebem visitantes e grupos especiais, mas com um fluxo menor do que as outras já indicadas. E, por fim, há o Quilombo Erê, cujo diferencial é ser uma comunidade urbana com trabalho voltado para o desenvolvimento de projetos culturais para sua população, mas que também abre espaço para atividades turísticas.

Além disso, algumas delas estão em áreas de conflito e risco, como é o caso do Quilombo Pitanga dos Palmares, onde o cotidiano é marcado pela insegurança, precarização das condições de vida, desmatamento, poluição dos canais hídricos e riscos à saúde da população, devido à construção de presídio, ferrovia, e alta industrialização no entorno (FIOCRUZ, 2018).

De acordo com as informações registradas nas páginas das redes sociais das iniciativas, artigos científicos, jornais e sites dos governos federal, estadual e municipais, foram verificadas que tipos de atividades as respectivas comunidades remanescentes de quilombos ofereciam aos visitantes (Quadro 2). Algumas das atividades são realizadas em eventos especiais e anuais e, assim, pode-se verificar os tipos de conhecimentos e práticas que são transmitidas pelas comunidades quilombolas por meio do turismo, conforme exemplificado no quadro 2:

Quadro 2: Saberes e práticas das iniciativas de turismo em quilombos da Bahia.

Nº	Iniciativa/Comunidade	Manifestações, ofícios e modos de fazer
1.	Quilombo do Remanso	Produção de farinha ou beiju de mandioca; Confeção de artefatos de cipó para pesca artesanal; Oficina de pesca; Terapias de cura e saúde; Culinária local;
2.	Grota Quilombola	Samba de Roda; Modos de produção agrícola; Terapias de cura e saúde; Culinária local.
3.	Quilombo Erê	Oficinas de dança afro; Samba de roda; Terapias de cura e saúde; Culinária local.
4.	Casa do Boneco/Quilombo D'Oiti	Moda e customização; Estética afro; Confeção de instrumentos musicais (mini tambores); Culinária local; Percussão; Confeção de bonecos; Manipulação de bonecos; Danças afro.
5.	Quilombo Dandá	Produção de farinha ou beiju de mandioca; Produção de painéis e peças de decoração feitas de barro, palha e piaçava; Modos de produção agrícolas; Culinária local.
6.	Quilombo Tereré e Maragojipinho	Aulas de capoeira, maculelê e samba de roda; Oficinas de musicalização; Modos de produção agrícola; Terapias de cura e saúde; Culinária local.
7.	Quilombo Pitanga dos Palmares	Samba de Roda; Modos de produção agrícola; Terapias de cura e saúde; Culinária local.
8.	Rota da Liberdade	Observação e/ou participação na produção de farinha de mandioca, xarope de ervas medicinais e azeite de dendê; Pesca artesanal; Observação e/ou participação no cultivo de ostras; Samba de roda; Modos de produção agrícola; Terapias de cura e saúde; Culinária local.
9.	Quilombo Cordoaria	Oficina de produtos artesanais, em especial farinha e beiju de mandioca; Terapias de cura e saúde; Modos de produção agrícola; Culinária local.
10.	Quilombo Jatimane	Participação na produção de bijuterias; Modos de produção agrícolas; Terapias de cura e saúde;
11.	Quilombo Massarandupió	Samba de roda; Modos de produção agrícola; Produção de artesanato (peças confeccionadas de crochê e de palha de milho); Pesca artesanal;
12.	Quilombo Quingoma	Plantio simbólico de plantas medicinais e espécies

		endêmicas de árvores; Terapias de cura e saúde; Modos de produção agrícola; Oficina de meditação; Culinária local.
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que todas as atividades são ligadas à produção e vivências e oferecem aos visitantes experiências singulares devido à diversidade e tradição de cada povo. Assim, os turistas podem ter acesso aos conhecimentos tradicionais e ancestrais e também ter a oportunidade de interagir com a comunidade participando diretamente no seu cotidiano.

Conforme visualizado no quadro 2, as comunidades utilizam as potencialidades dos territórios tradicionais e fazem uso de práticas, saberes e tecnologias tradicionais (BRASIL, 2006). De acordo com Diegues (2008), as principais características do modo de vida das comunidades tradicionais, incluindo aqui as comunidades quilombolas, auxiliam na conservação e manutenção dos recursos naturais.

Ainda, conforme explicitado no quadro 2, verifica-se que durante a visita é possível, além da observação das práticas e saberes tradicionais, também a participação de forma ativa e ter a experiência de vivenciar aspectos característicos de suas culturas. O Quilombo do Remanso e a Casa do Boneco/Quilombo D’Oiti possuem oficinas e aulas específicas para os turistas, como a confecção dos cestos tradicionais utilizados pelos pescadores do Quilombo Remanso (figura 1).

Figura 1: Oficina de fabricação de rede de pesca “maio” – Quilombo Remanso.



Fonte: Projeto Trilha Grãos de Luz e Griô, s.d.

As experiências que as comunidades quilombolas oferecem podem ser relacionadas à autoexpressão e à autorealização através das quais os visitantes podem se tornar co-criadores e desenvolver suas competências criativas (FONSECA; ARAÚJO; DUARTE, 2019).

Considerações Finais

Através do desenvolvimento do turismo em comunidades quilombolas podem emergir a reafirmação e o reconhecimento coletivo da comunidade e seus modos de organização e práticas, não apenas para a própria comunidade, mas para os turistas que têm a possibilidade de participar das vivências ancestrais e culturais.

Observou-se que o interesse em conhecer a cultura quilombola na Bahia pode ser impulsionado com a inserção das atividades de riqueza cultural nos roteiros que são apresentados. Apesar disso, é necessário salientar que as práticas e saberes não podem ser consideradas como mercadorias turísticas, sendo necessária uma troca de conhecimento valorosa de ambos os lados, comunidade e visitantes.

Verificou-se neste levantamento doze iniciativas organizadas de turismo em comunidades quilombolas, localizadas principalmente na região do Recôncavo Baiano. Dentre as principais práticas e conhecimentos apresentados se destacam a culinária local, samba de roda e as terapias de cura e saúde, presentes em quase todas as iniciativas. Observou-se nesta pesquisa que o turismo pode impulsionar as atividades culturais nos quilombos baianos, mas, antes de tudo, eles necessitam sejam atendidas suas como direito à propriedade, saneamento básico e saúde.

O projeto de vida das comunidades se insere na reafirmação e reconhecimento coletivo do território étnico e seus modos específicos de organizar a vida em consonância ecológica, cultural, social, ancestral — nessa compreensão, a natureza e o humano não se dissociam.

Referências

AGUIAR, Hetienne Juliani Pontes de. **Ecoturismo e tradição cultural quilombola: análise sobre as influências do turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (Eldorado/São Paulo/Brasil)**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, 2017.

AMÉRICO, Márcia Cristina; DIAS, Luiz Marcos de França. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernos Cenpec Nova série**, v. 9, n. 1, 2019.

BRASIL, Constituição Federal. Artigo 67 que trata do Ato da Disposição Territorial. (ADT): Brasília, 1988.

_____, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CARVALHO, Karoliny Diniz. O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatiua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, 2018.

COSTA, Ana Carolina Francischette da. **Educação, turismo e ação griô: impactos da modernidade na comunidade quilombola do Remanso (Lençóis-BA)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2008, 189 p.

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). **Quilombolas de Pitanga dos Palmares na Bahia: luta contra presídio, pedágio e ferrovia**. Outubro de 2018. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-quilombolas-de-pitanga-dos-palmares-na-bahia-lutam-contrapresidio-pedagio-e-ferrovia/>>. Acesso em 20 fev 2021.

FONSECA, Débora de Barros Cavalcanti; ARAUJO, Lindemberg Medeiros; DUARTE, Adriana Guimarães. Oportunidades para o turismo criativo em Alagoas, Brasil: o caso da renda 'singeleza' em Paripueira. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 270-287, 2018.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades remanescentes quilombolas certificadas – Bahia**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-05022021.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2021.

LIMA, Carla Moura. A importância da relação religiosidade e saúde nas práticas de cuidadores tradicionais quilombolas. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 2, p. 59, 2019.

MARQUES, Carlos Eduardo. De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**, p. 339-374, 2009.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues; DE ALMEIDA, Maria Geralda. O lugar Kalunga como lugar turístico: um olhar sobre o turismo rural no Engenho II em Cavalcante (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, n. 3, 2013.

PROJETO TRILHA DE GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. **Oficinas Grãos de Luz**. Disponível em: <<http://graosdeluzegrio.org.br/>>. Acesso em 02 fev. 2021.

PRICE, Richard. **Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações**. Afro-Ásia, Salvador: UFBA, 23,241-265, 1999.

SANTOS, Cleidison da Silva; CARDOSO, Alessandra Lopes; MARTINS, Arlon Francisco Carvalho; MIRANDA, Igor de Souza. Terras Quilombolas: Um abismo entre os certificados e os títulos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 07, Vol. 11, pp. 121-147. Julho de 2019.

SANTOS, Gildasio Alves. **Memória, identidade e linguagem: a comunidade quilombola do Quenta Sol (Tremedal-BA)**. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2013.

SILVA, Elson Alves. **A educação diferenciada para o fortalecimento da identidade quilombola: estudo das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Rosijane Evangelista; CARVALHO, Karoliny Diniz. Turismo Étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 3, n. 2, 2010.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

ASPECTOS DA VISITAÇÃO TURÍSTICA NA RESERVA INDÍGENA PATAXÓ DA JAQUEIRA NO CONTEXTO DA COVID-19

Adriana Melo Santos¹
Salette Vieira²
Natalia Coimbra de Sá³

Resumo: A atividade turística em territórios indígenas ocorre com grande expressividade no estado da Bahia. As comunidades indígenas Pataxó do Extremo Sul do Estado foram uma das mais afetadas pela pandemia, pois obtêm sua renda principal das atividades turísticas. Este artigo teve como objetivo refletir acerca da visitação turística na comunidade indígena Reserva Pataxó da Jaqueira, contextualizando sua adaptação aos protocolos de segurança para a prevenção da COVID-19. O trabalho seguiu a metodologia qualitativa, exploratória e descritiva. Foi realizada revisão bibliográfica e coleta de dados obtidos através de pesquisa documental em leis, decretos, jornais, sites oficiais, documentos de órgãos governamentais e redes sociais da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira e entidades parceiras. Identificou-se que, diante dos impactos gerados a partir das restrições às viagens durante a pandemia, torna-se necessária a implementação e avaliação de práticas de cuidados por parte das comunidades indígenas atuantes no setor turístico de modo a nortear suas ações, compreender os cenários e seus possíveis desdobramentos considerando todos os protocolos sanitários e o distanciamento social.

Palavras-chave: Turismo; Terras indígenas; Visitação; Reserva Pataxó da Jaqueira; COVID-19.

Introdução

As mudanças sociais provocadas pelo surto do novo coronavírus (SARS-COV-2), causador da COVID-19, afetaram profundamente o setor turístico. A doença que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo provocou diversos impactos em virtude da indicação do isolamento e fechamento de fronteiras (NEVES et al, 2021).

A partir de então, países, estados e municípios adotaram e estipularam protocolos sanitários para o deslocamento e a visitação. No entanto, no Brasil ainda não

¹ Doutoranda em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC). Professora Titular do Instituto Federal da Bahia (IFBA - *Campus* Valença). E-mail: adriana_melo13@yahoo.com.br

² Doutoranda em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Mestre em Cultura e Turismo (UESC). Professora Assistente do Bacharelado em Turismo e Hotelaria (UNEB - *Campus* I). E-mail: salete.vieira@gmail.com

³ Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) e do Bacharelado em Turismo e Hotelaria (UNEB). E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

há fiscalização e treinamento específicos para as comunidades e, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas (2020), mesmo com o fim do isolamento social, a demanda por turismo estará condicionada à segurança sanitária dos locais.

Diante dos impactos gerados a partir das restrições às viagens é necessário avaliar as práticas sanitárias de cuidados com as comunidades indígenas no setor turístico de modo a nortear ações para compreender os cenários e seus possíveis desdobramentos considerando o período de distanciamento social.

As comunidades indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia foram uma das mais afetadas diretamente pela pandemia, pois obtêm sua renda principal das atividades turísticas. Com as comunidades fechadas, passaram a depender de ajuda pública e privada para prover as necessidades básicas da população.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir acerca da visitação turística na comunidade indígena Reserva Pataxó da Jaqueira, contextualizando sua adaptação aos protocolos de segurança para a prevenção da COVID-19. Este trabalho segue a metodologia qualitativa, com base na análise exploratória e descritiva. Além da revisão bibliográfica, os dados foram obtidos através de pesquisa documental coletada por meio da análise das leis, decretos, jornais, sites oficiais, documentos oficiais produzidos pelos órgãos governamentais, além de entrevistas e informações coletadas das redes sociais da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira e entidades parceiras.

A estrutura deste trabalho contempla, na primeira seção, uma breve discussão acerca do turismo em terras indígenas, considerando seu processo de institucionalização e crescimento. Em seguida, são registradas algumas questões referentes ao impacto da pandemia da COVID-19 nas comunidades indígenas e, em especial, nas que praticam o turismo. Na sequência, é realizada a caracterização da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira e de seu roteiro de visitação pré-pandemia, contextualizando e apontando os protocolos e ações realizadas para garantir a segurança da comunidade e dos turistas na visitação durante o período pandêmico. Por fim, são tecidas as considerações finais apresentando reflexões acerca do tema.

Turismo em Terras Indígenas

Do “encontro turístico”, surge uma prática social com “troca de informações interculturais” (MOESCH, 2002, p. 9), que pressupõe que há um movimento de transmissão de saberes tanto do morador para o turista quanto do turista para o morador, que vem do “contar sua história de luta” e do “ter interesse sobre a sua história de luta”.

Nesse cenário complexo e desafiador, integrar o turismo em terras indígenas e as narrativas que se construíram ao seu redor significa reconhecer um pouco sobre nós mesmos e o sentido de nossa existência para além da diversidade. Em tempos onde a hospitalidade disputa espaço com a xenofobia e a interação étnica com o preconceito e racismo, conhecer sobre interculturalidades e refletir sobre os caminhos para bem receber pessoas de outros lugares, outras culturas, representa um passo importante e essencial (SALGADO, 2015).

De acordo com Martins e Coutinho (2007, p. 3) a atividade turística em áreas indígenas ocorre com maior expressividade nos estados da Bahia e do Amazonas. Nesse sentido, Jesus (2012, p. 74) destaca que “o turismo envolvendo indígenas, tanto dentro como fora de seus territórios ocupados, é tratado com diversidade de opiniões, principalmente no que se relaciona à sua autenticidade”.

De acordo com Gasparinetti e Ozorio (2019, p. 26), “as terras indígenas brasileiras são territórios de grande riqueza étnica e cultural e que salvaguardam um vasto patrimônio natural”. Essas características despertam o interesse tanto de visitantes, quanto de operadores do turismo, do poder público e quanto das próprias comunidades para a prática do turismo tanto pela perspectiva econômica quanto de uma prática sociocultural muito valorizada na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, os autores destacam que iniciativas de visitação em terras e/ou territórios indígenas têm se desenvolvido nas últimas décadas mesmo com a ausência, por muitos anos, de um marco regulatório. “A legislação nacional não proibia explicitamente o turismo em territórios indígenas e, em diversos documentos, o Estado apontava a importância da autonomia e protagonismo indígena, inclusive em projetos sustentáveis de ecoturismo e etnoturismo; e, também ressaltava a necessidade da regulamentação desses segmentos” (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017, p. 53).

Compete à Fundação Nacional do Índio (Funai), a função de coordenar e executar a política indigenista no país a fim de proteger e promover os direitos dos

povos indígenas em território nacional. Esta coordenou, em 2012, a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a qual regulamenta as atividades turísticas nestes locais e adverte que o mesmo deve ser feito com participação de todos.

Em 2015, o órgão lançou a instrução normativa que visa controlar e limitar as atividades realizadas dentro das reservas indígenas de todo o país, para garantir o usufruto exclusivo e permanente dos povos indígenas sobre suas terras e o comprometimento do país na valorização da cultura, tradição, forma de organização, e os meios de vida sustentáveis dos povos indígenas brasileiros. A partir das normas para visitação com fins turísticos, prioritariamente dentro dos segmentos de etnoturismo e ecoturismo, uma vez que se busca a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade (BRASIL, 2015).

Os estudos sobre turismo em terras e outros territórios indígenas costumam destacar como segmentos praticados, principalmente, o etnoturismo, o ecoturismo e o turismo de aventura. Contudo, destaca-se que a atividade turística deve ser planejada de modo participativo e responsável, preocupando-se com o fortalecimento dos atores locais no processo de planejamento e gestão, de modo a garantir que o seu desenvolvimento esteja positivamente “alinhado aos objetivos de salvaguarda da cultura local, de melhoria das condições de vida das comunidades e de conservação dos recursos naturais” (GASPARINETTI; OZORIO, 2019, p. 12).

Por outro lado, é importante destacar que há também uma preocupação com os impactos negativos que podem decorrer do turismo em terras indígenas, como reprodução da lógica colonial, a perda da autenticidade das tradições locais, a exotização dos povos tradicionais, entre outros. Contudo, Grünewald (2003) se refere ao turismo étnico como aquele praticado em comunidades indígenas e que, segundo ele, pode ser percebido sob duas perspectivas: uma voltando-se para o que se busca no turismo, o foco da viagem (visitação); e a outra perspectiva pelo que o turista encontra durante a experiência com a população local. Ele destaca que, comumente, o turismo recai sobre a perspectiva daqueles que viajam, mas podemos mudar o ângulo para percebê-la sob o olhar das comunidades nativas, das suas escolhas e decisões.

E, nesse sentido, Leal (2007, p. 24) corrobora que

a etnicidade que vem sendo reconstruída pelos povos indígenas passa a ser o lugar em que se emergem identidades capazes de possibilitar a participação e a convivência com o turismo, sendo o resultado das relações dos povos indígenas no contexto das transações comerciais globais. E por isso, não podem ser vistas como inautênticas, já que resultam de ações criativas dos próprios grupos. O que há são elaborações e produções de novos signos destinados ao contato turístico, com zonas de visibilidade cultural acionadas de acordo com as necessidades das etnias, que são mecanismos que ocultam ou exibem aspectos da sua tradição para superar as contradições viabilizadas pela convivência.

A autora afirma que ser indígena na contemporaneidade é ser constituído por elementos culturais de dentro e de fora dos limites do seu grupo étnico e que esse é um lugar da construção de estratégias individuais e coletivas não apenas identitárias, mas também buscando posições de colaboração e contestação no ato de (re)definir sua própria ideia de sociedade.

Nesse sentido, muitas comunidades indígenas buscam sua inserção no mercado turístico compreendendo que possuem potencial para atrair fluxos de visitantes interessados nos tipos de experiências e vivências que elas possuem, definindo em seus próprios termos as estratégias de planejamento e gestão da atividade, ainda que não exclusivamente, mas, em alguns casos, como forma de resistência a pressões externas do seu entorno, entendendo o turismo como uma possibilidade interessante e de baixo impacto, além da possibilidade de ser associado a outros modos de subsistência.

Atualmente, para além de questionar o fato de se as terras indígenas estão sendo procuradas como destinos e que tipo de turismo vem sendo praticado nesses territórios, também devemos fazer outras perguntas: é seguro viajar nesse momento? E, mais especificamente, é seguro para comunidades tradicionais, em particular as indígenas, receberem visitantes?

COVID-19, comunidades indígenas e turismo

De acordo com Vieira (2020), foram criadas algumas medidas no país, como o Projeto de Lei 1.142/2020, para prevenir a disseminação da COVID-19 entre populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, assim como o auxílio emergencial. Contudo, destaca que muitas dessas comunidades não conseguem acessar essas iniciativas do estado, devido a diferentes fatores: falta de acesso à tecnologia e

ferramentas necessárias, como internet de qualidade e celulares, o isolamento e a distância dos grandes centros urbanos, a falta de assistência para sanar dúvidas, entre outros.

Somado aos desafios já existentes e agravados pela pandemia, há outro aspecto que torna ainda mais difícil a vida das comunidades tradicionais, pelo fato de estarem impossibilitadas de desenvolver atividades econômicas, já que muitas trabalham com o turismo como importante fonte de renda, mas, atualmente, a presença de turistas pode ser um vetor de transmissão da doença.

Devido à pandemia, o Ministério Público Federal (MPF) indicou que as prefeituras das cidades do litoral do estado de São Paulo intensificassem as medidas para impedir o acesso de turistas às áreas nas quais vivem comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas. Receosos dos impactos da COVID-19, vários dos próprios grupos tradicionais tomaram a iniciativa de suspender a recepção de visitantes. Mas, mesmo diante das precauções destas populações e das proibições impostas pelo Poder Público, turistas continuaram visitando os territórios dessas comunidades.

Entre os 900 mil indígenas que vivem em diferentes regiões do país foram registrados até 1º de maio de 2021 mais de 53 mil casos de COVID-19 e 1.059 mortes, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Mas muitos territórios indígenas retomaram suas atividades de visitação. A comunidade Sateré-Mawé Sahu-Apé, localizada no município de Iranduba, no Amazonas, por exemplo, está aberta ao turismo, pois este um de seus principais sustentos. Conforme explica Sahu da Silva: “Estamos abertos à visitação, mas com alguns cuidados, como o uso da máscara. Porque a gente depende do turismo. A gente vive da nossa cultura, os rituais, mas também estamos preocupados com a segurança, não só a nossa, como também a do visitante” (AFP, 2020).

Vieira (2020) destaca que há protocolos que podem ser adaptados para visitação que foram disponibilizados por diversas entidades (Ministério do Turismo, Organização Mundial do Turismo), mas não há fiscalização e treinamento para comunidades que já sofrem com as consequências da doença em sua população.

A situação é complexa, os impactos da pandemia são numerosos e já é possível dizer que deixarão sua marca. Portanto, é essencial criar estratégias com as

comunidades para minimizá-los, permitindo a geração de renda para as populações locais, através do seu reconhecimento e visibilidade, contudo, sem aumento dos riscos de contaminação, que já são altos. Assim, atualmente, a comunidade da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira vem buscando manter os níveis de visitação dentro de alguns parâmetros e protocolos especificamente pensados para o contexto da pandemia da COVID-19.

A Reserva Pataxó da Jaqueira e as medidas de prevenção à COVID-19

Localizada no município de Porto Seguro, Bahia, a Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira recebe esse nome devido um grande tronco de jaqueira, tombado pela própria ação da natureza, e é uma referência histórica e cultural para os ancestrais do povo Pataxó. Esta área é composta por cerca de 847 hectares de Mata Atlântica destinada à conservação, localizada a 720 Km da capital Salvador (BR 101), a 15 Km ao norte da cidade de Porto Seguro e a 8 Km ao sul da cidade de Santa Cruz Cabrália (BR 367), na Rua Telégrafo, s/n, próximo ao bairro Taperapuã.

A Reserva foi colocada sob a guarda dos Pataxó oriundos da Aldeia Coroa Vermelha no início dos anos 1998 após um processo de lutas e de reconstrução de identidade, sob o comando das irmãs Nitynawã, Jandaya e Nayara. O objetivo principal foi de utilizar o espaço como local para promover e praticar os rituais Pataxó, além da conservação ambiental. Posteriormente, lá também passou a funcionar como Centro de Educação Ambiental e Cultural do Povo Pataxó e também de residência de diversas famílias (VIEIRA; CARVALHO, 2013).

A comunidade indígena procurou desenvolver um projeto que aliasse educação ambiental, fortalecimento e valorização de sua cultura e, também, como uma forma de incrementar a renda, por meio do “Projeto Jaqueira”, desenvolvido pela Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR) e outras instituições, como o Instituto Tribo Jovens, Secretaria de Turismo de Porto Seguro, Instituto BioAtlântica (IBIO), Associação Flora Brasil, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura de Porto Seguro, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Mata Atlântica na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira (BRASIL, 1997).

A partir daí, criaram nesta área uma aldeia cenográfica para receber visitantes, trilhas, horta e espaço para venda de artesanato. Além deste espaço destinado para o turista, há a área onde a comunidade vive, a escola indígena que funciona normalmente e com professores indígenas que desenvolvem ações culturais e aprendizado bilíngue, o português e o patxohã (VIEIRA, 2012).

Os roteiros vêm sendo criados desde as primeiras visitas no início dos anos 2000 e, ao longo do tempo, se consolidaram entre os atrativos turísticos da região, chegando a ser vendidos por várias agências de viagens. Atualmente, cerca de 34 famílias vivem no local e se envolvem nas atividades turísticas, praticam a agricultura e o produzem artesanato. Leme e Neves (2006) ressaltam que a partir do “Projeto Jaqueira” os indígenas passaram a desenvolver a ideia de um projeto turístico na Reserva como uma maneira de sobreviver por meio da sua cultura sem a necessidade da utilização de formas tradicionais de apropriação do espaço, como o plantio, a caça e a pesca, atividades que são proibidas por lei.

A Reserva Pataxó da Jaqueira dispõe de infraestrutura para recepção de turistas e conta com um centro de recepção, onde são cobradas taxas de entradas para visitantes e as informações pertinentes ao passeio (LEAL, 2007). O local também conta com estrutura de hospedagem e para pernoitar nas residências típicas Pataxó, o *kigeme*. Antes da pandemia da COVID-19 eram oferecidas duas sessões de visitas por dia, que duravam de duas a cinco horas, cada uma delas com no máximo 50 pessoas.

Desde dezembro de 2020 a comunidade tem limitado o número de visitantes a 15 pessoas por grupo, todos devem manter distanciamento mínimo de dois metros e utilizar máscaras protetoras faciais que cubram o rosto, em especial boca e nariz. De acordo com Nitynawã Pataxó⁴, líder indígena, eles têm evitado o contato com os anciões da aldeia, bem como tirar fotos próximas aos visitantes.

A visita tem a mesma duração de antes da pandemia, cerca de duas horas, iniciando com uma palestra sobre os cuidados para evitar a infecção pelo novo coronavírus. Posteriormente, o grupo de indígenas fala sobre aspectos da cultura Pataxó, a origem da reserva, problemas enfrentados pelos povos indígenas, conservação

⁴ Indígena Pataxó, uma das pioneiras e coordenadoras da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira, em palestra proferida em dia 28 de abril de 2021 com transmissão pela página Bahia Turismo e Arte no Facebook.

ambiental e finalizam com uma caminhada em uma trilha interpretativa alternativa à utilizada antes da pandemia. Atualmente, por conta do distanciamento social, a comunidade não faz mais o tradicional *Awê* – um ritual de confraternização no qual indígenas e não-indígenas cantavam e dançavam.

A comunidade ainda oferece neste período a oportunidade de conhecer as armadilhas feitas para a caça, atividade de interpretação ambiental com pausa na horta, onde o visitante tem a possibilidade conhecer diversas utilizações para as espécies de plantas ali disponíveis.

Porém, por conta dos protocolos de visitação para a evitar a contaminação pelo novo coronavírus, não é mais oferecido aos visitantes a degustação de peixe assado e outros alimentos típicos do povo Pataxó. A comunidade também busca resguardar seus anciões e membros que possuem comorbidades, por isso, o guiamento é feito através de escalonamento dos mais jovens e previamente testados.

Os povos indígenas estão no grupo prioritário de vacinação estabelecido pelo Ministério da Saúde e a comunidade indígena da Reserva Pataxó da Jaqueira começou a receber a primeira dose da vacina contra a COVID-19 no mês de janeiro de 2021. Contudo, mesmo vacinados, as atividades turísticas só poderão voltar a funcionar plenamente, sem restrições, quando a maior parte da população brasileira estiver imunizada.

Considerações finais

Os impactos da COVID-19 na sociedade, de modo geral, e para as comunidades tradicionais e indígenas, mais especificamente, são incalculáveis nos seus diversos aspectos. Nesse artigo destacou-se o fato de que o turismo, para alguns povos indígenas, é uma importante fonte de ocupação e renda, assim como parte de suas práticas cotidianas. Portanto, é importante considerar que para essas comunidades é essencial criar estratégias que minimizem os impactos negativos da pandemia no que se refere também às questões sociais e econômicas.

A resistência dessas populações e a valorização das suas culturas e saberes populares, assim como uma relação tão próxima entre visitantes e as pessoas das comunidades, convida a refletir sobre como contribuir com elas, que já foram

duramente atingidas com a paralisação do turismo em decorrência da pandemia da COVID-19. Há pessoas que estão interessadas em viajar e conhecer as experiências que o turismo oferece, porém, é necessário que, antes de receberem os visitantes, as comunidades tenham condições sanitárias satisfatórias para sua própria segurança e bem-estar.

A comunidade indígena da Reserva Pataxó da Jaqueira depende economicamente do turismo, assim, com as restrições das atividades, passaram a enfrentar dificuldades para manutenção básica de sua população. Conforme apontado nesta pesquisa, com o retorno das atividades em dezembro de 2020 foi possível amenizar os efeitos financeiros. Contudo, para continuar protegendo a saúde de seus membros, novos protocolos e ações foram tomados.

Entendeu-se, portanto, que os caminhos para vencer os desafios impostos pela pandemia está na interação dos atores envolvidos, das comunidades, como sujeitos que procuram construir (ou reafirmar) sua história e aprendizados de forma autônoma. E também dos turistas, visitantes e parceiros, sempre com a consciência de que seu compromisso implica levar à prática os princípios societários da solidariedade e do coletivismo.

Referências

AFP. **Comunidade indígena amazônica recebe pela primeira vez testes rápidos de Covid-19.** Estado de Minas Internacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/12/interna_internacional,1184913/comunidade-indigena-amazonica-recebe-pela-primeira-vez-testes-rapidos.shtml. Acesso em: 01 mai. 2021.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, APIB. **Emergência indígena:** Plano de Enfrentamento da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://apiboficial.org>. Acesso em: 01 mai. 2021.

AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em turismo cultural: conceitos, tendências e desafios. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da. (Orgs.). **Turismo cultural:** estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Instrução normativa 03/2015.** Normas e diretrizes às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas, DOU nº 110, 2015.

_____. Ministério Público Federal. **MPF quer providências no litoral norte para barrar turistas em comunidades tradicionais.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/covid-19-mpf-quer-providencias-no-litoral-norte-de-sp-para-barrar-turistas-em-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Manual de Ecoturismo Indígena.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1997.

CORBARI, Sandra Dalila; BAHL, Miguel; SOUZA Silvana do Rocio de. Legislação indigenista e perspectivas para o turismo em terras indígenas no Brasil. **Revista Turismo em Análise - RTA.** ECA-USP, v. 28, n. 1, p. 53-70, jan./abr., 2017.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 1-4, maio 2020. DOI 10.1590/0102-311x00068820. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-COVID-19-no-brasil-cricade-uma-cri-se-sanitria-anunciada>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, FGV. **Impactos econômicos da COVID-19: propostas para o turismo.** Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/2a-edicao-impactos-economicos-da-covid-19-propostas-para-o-turismo-junho-2020>. Acesso em: 01 ago. 2020.

GASPARINETTI, Pedro; OZORIO, Rodrigo. **Fortalecendo o turismo em terras indígenas: análise de oferta e demanda do turismo na Bacia do Rio Juruena, Mato Grosso.** CSF-Brasil; OPAN, 2019.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 20, p. 141-160, 2003.

JESUS, Djanires L. **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul - BR) e Māori (Ilha Norte - NZ).** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. O turismo em terras indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 07, n. 3, 2007.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel; NEVES, Sandro Campos. Planejamento, Turismo e Cultura: o contato com o outro como fator de sustentabilidade para movimentos identitários. In: ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). **Política e Planejamento em Cultura e Turismo.** Ilhéus: EDITUS, 2009.

MARTINS, Idânia; COUTINHO, Helen. Turismo em áreas indígenas. **Revista Eletrônica Aboré**, Amazonas, v. 1, n. 1, p. 01 – 09, mar. 2007.

MOESCH, Marutschka Moesch. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

NEVES, Christopher Smith Bignard; CARVALHO, Isabele de Souza; SOUZA, Wellington Fernando Leonel; FILIPPIM, Marcos Luiz. Os impactos da COVID-19 nas viagens dos turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e na expansão da pandemia no Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v.23, n.1, p.2-25, jan./abr. 2021.

SALGADO, Hebert Canela. **Interculturalidade**. Montes Claros, MG: IFNMG / Rede e-Tec Brasil, 2015.

VIEIRA, Salete; CARVALHO, Renata Coppieters de Oliveira. A (re)construção da memória, identidade a partir do território na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro-BA, enquanto fator de atratividade turística. In: **Anais**. IX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT. UFBA, 2013.

VIEIRA, Salete. **A gestão participativa do turismo em terras indígenas**: os casos da Reserva da Pataxó da Jaqueira e da Aldeia Pataxó de Barra Velha. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). UESC, 2012.

_____. **Cuidado e resistência**: o turismo de base comunitária e a pandemia. In: *Tourmorrow*. Publicado em: 11 ago. 2020. Disponível em: <https://tourmorrow.com.br/blog/f/cuidado-e-resistencia-o-turismo-de-base-comunitaria-e-a-pandemia>. Acesso em: 30 abr. 2021.

POVOS ORIGINÁRIOS DO EXTREMO SUL DA BAHIA: RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ricardo Rodrigues Mendes¹
Clícia Maria de Jesus Benevides²

Resumo: A utilização do termo “índio” perpetua uma visão do colonizador, cabendo o emprego do termo “povos originários” como forma de respeito as diferentes etnias brasileiras como base da nossa cultura. O processo de resistência desses povos mediante às práticas que degradam e cobiçam suas terras é contínuo e, como um meio de sobrevivência, os mesmos vem se apoiando no turismo sustentável como forma de difusão cultural através de práticas que artesanais que agregam conhecimentos tradicionais, educação, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico. O objetivo desse artigo é traçar um histórico de resistência e desenvolvimento sustentável através do artesanato, por parte dos povos originários brasileiros, com ênfase na etnia Pataxó residente no extremo sul da Bahia. A pesquisa foi baseada numa revisão bibliográfica através da busca de teses, dissertações e artigos científicos na base de dados SciELO, Pubmed/NCBI e o Google Scholar. Conclui-se que artesanato Pataxó tem promovido desenvolvimento econômico criativo de forma educativa, solidária e sustentável, atuando como proteção cultural através dos conhecimentos tradicionais contidos em seu processo artesanal.

Palavras-chave: artesanato, sustentabilidade, conhecimentos tradicionais, desenvolvimento, cultura indígena.

Introdução

O processo de compreensão acerca dos povos ameríndios é latente entre os países da América do Sul, especialmente a população brasileira, como forma de evolução cultural de uma população que queira se consolidar enquanto nação.

Segundo Alcântara (2017, p. 02), a história da colonização no continente *Abya Yala*, hoje conhecido como América do Sul, se deu a partir de 1492 com a chegada da armada de Cristóvão Colombo nas Bahamas e no América do Sul, especificamente, em 1532 em virtude da chegada dos colonizadores na região Andina.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), Mestre em Avaliação Física (UTAD – Portugal) / Professor EBTT / IFBA. E-mail: ricardor@ifba.edu.br

² Professora Titular Plena do Departamento de Ciências da Vida (DCV), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutora em Química (UFBA), Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Difusão do Conhecimento (PPGDC), Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Ciências Farmacêuticas (PPGFARMA) da UNEB. E-mail: cbenevides@uneb.br

Para Mamani (2020), a partir dessa chegada já foi posto em prática um modelo de etnocídio que provocou uma escalada de tragédias históricas para os povos originários de toda região com reflexos históricos e culturais até os dias de hoje, em diferentes países do continente, em especial no Brasil com sua dimensão territorial e populacional composta por aproximadamente 305 etnias (BRASIL, 2010).

No extremo sul da Bahia encontra-se a etnia Pataxó, a qual resume bem essa trajetória de luta e resistência pela sobrevivência no que se refere a seu povo e sua cultura, em meio a expansão do agronegócio e do turismo, especificamente na Costa do Descobrimento, local onde residem e tem parte de territórios oficialmente devolvidos por parte do estado brasileiro (COSTA, 2020).

Nessa inevitável expansão turística, os povos Pataxós demonstraram mais uma vez sua capacidade de resistência e reinvenção, enquanto comunidade, ao conduzirem bem a relação entre turistas e Pataxós. Essa relação pode ser traduzida na produção e comercialização do artesanato, baseados em um sistema que respeite a sustentabilidade dos seus recursos naturais, favoreça a transmissão de conhecimentos tradicionais, permita a expressão da sua criatividade a partir das suas tradições e da relação com os turistas e viventes locais (COSTA, 2020).

Como exemplo, destaca-se os achados da pesquisa de Santos e Vieira (2019) onde os autores descrevem a relação do turismo e o artesanato na Aldeia da Coroa Vermelha, em Sta. Cruz Cabrália, na Bahia. Nesse trabalho é evidenciado a prática do Etnoturismo como vertente do turismo cultural, bem como é realizada a produção e comercialização do artesanato, agregando valor a atividade turística e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Através desse turismo cultural é obtida uma espécie de proteção cultural de sua identidade, uma vez que a etnia Pataxó, se permite a uma organização de todo o processo produtivo envolvendo o plantio, colheita e comercialização de seus produtos, dentro de um desenho sustentável que engloba a família, a escola e o comércio. Esse desenho se encaixa perfeitamente em uma combinação positiva entre: fixação dos parentes na aldeia, valorização da cultura através do artesanato e a geração de renda como forma de desenvolvimento econômico, potencializando a representatividade regional da etnia (CUNHA, 2013; DE JESUS, 2017).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é traçar um histórico de resistência e desenvolvimento sustentável através do artesanato, por parte dos povos originários brasileiros, com ênfase na etnia Pataxó residente no extremo sul da Bahia. Assim, essa pesquisa foi baseada numa revisão bibliográfica por meio da busca de dados em teses, dissertações e artigos científicos na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Pubmed/NCBI (National Center for Biotechnology Information) e o Google Scholar, através dos descritores Pataxós, artesanato, desenvolvimento indígena.

Neste trabalho, inicialmente, discutiremos a relação do termo “indígena” e sua legitimação. Posteriormente, baseado em referenciais teóricos que a embasam, abordaremos a resistência e renascença da etnia Pataxó decorrente de diversas ameaças ao longo de sua história, com ênfase ao séc. XX. O artesanato Pataxó também será apresentado e discutido como fonte de renda e fixação desse povo dentro da comunidade, assim como um meio de divulgação e proteção da sua cultura, preservando o meio ambiente por meio do conceito da sustentabilidade. Ao final, tem-se as considerações finais do trabalho.

Povos originários e sua legitimação

O termo indígena, comumente empregado para se referir aos povos que habitavam as terras ameríndias com a chegada dos europeus com o suposto propósito de colonização, não representa uma designação nominal oriunda da vontade dos povos originários, uma vez que não reúne legitimidade suficiente para exercer a tarefa de identificação desses povos (BERGAMASCHI; GOMES, 2012,).

De acordo com Silva (2018), o termo “índio” serve para referendar os despropósitos dos colonizadores europeus que, em sua maioria atracaram em terras ameríndias com histórico de desacertos pessoais e intenção exploratória. Na verdade, o referido termo, nada mais traduz a pouca lucidez da empreitada portuguesa que desnorteada, imaginava ter chegada a terras asiáticas, especificamente no que se conhece hoje como Índia.

A presença desses povos originários, distribuídos em diversas regiões remotas do país possibilitou o surgimento de várias etnias nativas, cada qual com suas

particularidades sobre tradições, crenças, política e economia, em que se apoia a rica cultura desses povos (BRANDILEONE; VALENTE, 2018). Essa variedade de etnias é onde exatamente se origina o contexto de riqueza cultural dos povos tradicionais brasileiros, nas qual se originam as fronteiras culturais que formam sua identidade cultural e assim caracterizam cada povo (CHIRIBOGA, 2006; SILVEIRA, 2016).

Nestes termos, o emprego da expressão “Povos originários”, reúne uma identidade semântica desgarrada de um conceito exógeno a sua cultura, a partir de um contexto em que se considera a pluralidade de etnias e a ligação desses povos com suas tradições, visão de mundo e modos sustentáveis de vida, em sentido contrário ao pensamento globalista hegemônico e suas relações enquanto *modernidade líquida* (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; PORCHEDDU, 2009).

O problema é que o colonialismo é um fenômeno social interno e não é somente uma política de Estado. Esse fenômeno se dá a partir da falta de empatia com a causa indígena o que, por sua vez, representa uma ignorância educacional em relação a uma temática que literalmente fundamenta a formação da cultura nacional, perpassando pela agricultura, a culinária, a linguagem, a música, o vestuário dentre outros (ANDRADE, 2019).

Essa ignorância e conivência do estado brasileiro para com os povos originários permitiam, por exemplo, a escravização legal de “indígenas não pacificados”, dando condições ao afrontamento da cultura desses povos, através de um modelo denominado de “Guerra Justa” (AMANTINO, 2006; ALCÂNTARA, 2006). Essas “guerras”, eram baseadas em um direito medieval baseado em conceitos jurídicos e teológicos da época, com o discurso da finalidade de propagação da fé aos “bárbaros”, devido especialmente a suas práticas canibais (FARAGE, 1991; ALCÂNTARA, 2006).

Nesse sentido, esses ataques aos povos tradicionais, nada mais era que um produto da ignorância com a omissão do estado brasileiro, no qual tinha como plano de fundo a cobiça pelas terras e a escravização dos povos originários, em atendimento aos interesses dos fazendeiros da época, promovendo um dos tipos de genocídio praticado de outras formas atualmente.

A resistência e renascença Pataxó ao longo do tempo

Ao longo dos anos tem-se pesquisado (ou discutido) o histórico de lutas pelo direito dos povos originários, como por exemplo o direito a suas terras nas quais eles mantêm um forte vínculo de organização social, em consonância com a descrição contida no capítulo VIII da constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; SANTOS et al., 2007).

Para os povos originários, a terra se assemelha a uma mãe de onde se origina e mantém a vida, assim como seus desdobramentos da ancestralidade através de sua sinergia pouco compreendida pelos “não índios”, especialmente, pelo olhar do consumismo, pelo acúmulo de posses, pela falta de espírito de coletividade e respeito para com a natureza e seu equilíbrio (STRACHULSKI, 2018; BISPO, 2019).

A questão da histórica luta pelas terras por parte dos povos originários é marcada pelo conflito com a classe burguesa ruralista nacional e estrangeira, representada pelo modelo do agronegócio, no qual se objetiva a maior eficiência na produção de alimentos conforme sistema capitalista e para atendimento a interesse de poucos, mesmo que isso seja formado por métodos nefastos de agressão a terra, a água, ao ar e aos povos originários (SAUER; LEITE, 2012; ROCHA et al., 2019).

Esse modelo de invasão e ocupação de terras, agrupado a métodos rasteiros de homicídios dos povos originários brasileiros foram realizados das mais variadas formas, contando com a omissão dos estado brasileiro em todos os seus poderes, levando a dizimação de milhares desses povos, promovendo o terror entre eles, além do rótulo de preguiçosos por não aceitarem a exploração de sua força de trabalho e assim, formar uma resistência frente ao avanço de uma política higienista e sorradeira através das chamadas “guerras justas” (AMANTINO, 2006).

No caso específico dos povos originários da etnia Pataxó, estabelecidos no extremo sul da Bahia, nos municípios de Itamarajú, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália, a sua caminhada histórica apresenta-nos a evidência de que o contato com os “não índios” desde o século XVI, custou a quase dizimação desta etnia em virtude da exploração de terras e a expansão imobiliária, especialmente, na região conhecida hoje como Costa do Descobrimento (CARVALHO, 2009; PORTO; BONIN, 2020). Inicialmente, os povos Pataxós se limitavam a áreas rurais, no entanto, nos últimos anos

boa parte deles tem migrado para as áreas urbanas em função de vários fatores como a exploração imobiliária, o crescente turismo da região em decorrência da instalação de resorts, dentre outros.

Segundo Porto e Bonin (2020), a trajetória da etnia Pataxó pode ser resumida em três períodos principais que se interligam de forma causal e temporal na linha descritiva do tempo:

O primeiro período foi em 1861, em grupos específicos de Pataxós que viviam na floresta densa estavam em permanente confronto com grupos de colonos ávidos pela ocupação destas terras. No entanto, em 1951 ocorreu a concretização da integração entre Pataxós em grupos aldeados, dinamizando a relação entre diferentes etnias do mesmo tronco linguístico como: kamakã, Maxakali e Tupiniquim, fortalecendo a legitimação da aldeia Barra Velha, até a ocorrência do terrível evento conhecido como *Fogo de 51*, o qual provocou um histórico negativo na trajetória de vida dessa etnia (CARVALHO, 2009; PORTO; BONIM, 2020).

Segundo os anciãos e anciãs Pataxós, este evento foi uma orquestrada ação incendiária na Aldeia de Barra Velha, onde Policiais Militares de Prado e Porto Seguro cometeram assassinatos e atearam fogo em toda a aldeia, desencadeando a fuga do povo Pataxó para cidades circunvizinhas, provocando uma generalizada sensação de medo entre esses povos, obrigando-os a omitir sua identidade e sua língua mãe, o Patxôhã (VERONEZ, 2008; CARVALHO, 2009). Com o cessar-fogo estabelecido, os Pataxós puderam retornar com suas famílias a aldeia da Barra Velha, tomada pelo matagal, com suas casas e roças destruídas. Eles ainda mantinham o receio em declarar sua origem étnica como forma de prevenção a novos ataques de violência de preconceito (OLIVEIRA, 1985).

Por fim, em 1964 os Pataxós foram encorajados pelo Capitão Epifânio Ferreira, a reativar suas roças, com os devidos cuidados com a mata nativa. Os Pataxós readaptaram seus grupos familiares na aldeia Barra Velha e seu entorno, implantando uma escola indígena e reconstruindo sua identidade étnico-cultural em meio aos impactos do turístico predatório.

Além da invasão de terras, principalmente, por fazendeiros, aponta-se a conflitante relação entre os Pataxós da Barra Velha com o Instituto Brasileiro de

Desenvolvimento Florestal (IBDF), que se acentuou durante a dec. de 60. Nesse período foram reiniciados os trabalhos para recriação do Parque Nacional do Monte Paschoal (PNMP) com o decreto Nº 242 de 29 de novembro de 1961, o que ampliou a área de ocupação permanente por parte do Pataxós e de não-indígenas, conhecidos vulgarmente por Capixabas (VERONEZ, 2008; CARVALHO, 2009).

Esses conflitos só foram parcialmente pacificados com a intermediação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde os Pataxós da Barra Velha reconquistaram seu direito, mesmo que parcialmente, de exercer suas atividades de subsistência (CARVALHO, 2009). Assim, somente na década de 1970, com a intervenção da FUNAI, a população indígena de Barra Velha conquistou o direito sobre um território ainda não suficiente, porém maior do que aquele regulamentado pelo IBDF (VERONEZ, 2008; POVO PATAXÓ, 2011).

Nesse contexto, observa-se que uma das maiores características dos povos originários é, sem dúvida, sua capacidade de resistência, característica essa que fez renascer inúmeras vezes sua cultura em meio ao ambiente hostil que lhes fora apresentado ao longo dos séculos (CHIRIBOGA, 2006).

Dentre os povos originários, os Pataxós, descobriram um modelo equilibrado para lutar e resistir às adversidades que lhes foram impostas a partir do avanço do agronegócio, da especulação imobiliária e do turismo incentivado pelo governo federal (SANTOS, 2017). Por estarem localizados ao longo de uma região, hoje denominada como Costa do Descobrimento, especialmente reforçada pelo apoio Turístico de Porto Seguro e região, os Pataxós se organizaram como etnia e buscaram soluções para promoverem a combinação de Turismo e Subsistência como forma de apoio a proposta de retomada de suas terras (NEVES, 2011).

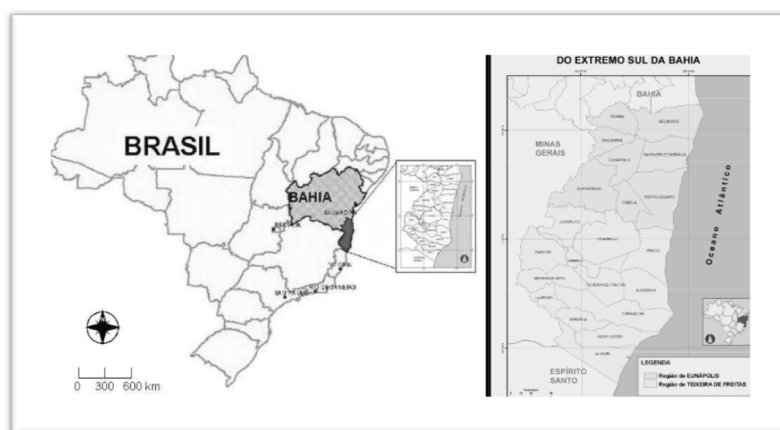
Artesanato Pataxó e proteção cultural

As mudanças ocorridas ao longo dos anos nas comunidades dos povos Pataxós tiveram como consequência a falta de autonomia dos mesmos com relação à subsistência. E, para suprir suas necessidades de sobrevivência, esses povos

aproveitaram sua cultura, no que se refere a adereços identitários ou mesmos utensílios da sua culinária, para comercializar no contexto de artesanato.

A região do Extremo Sul da Bahia (Figura 1) tem na atividade turística convencional, a qual vem crescendo muito nos últimos anos, uma base de sustentação econômica com grande significância nos desdobramentos geopolíticos. Entretanto, essa crescente atividade ocasiona, há décadas, prejuízos na fauna e flora regional, bem como ao contexto social e geográfico com consequências sobre as populações da etnia Pataxó, em especial no se refere à sua subsistência (CERQUEIRA NETO; DA SILVA, 2015).

Figura 1: Localização do Extremo Sul da Bahia.



Fonte: Cerqueira Neto, 2009.

Nesse sentido, a potencialização da tradição artesanal entre os Pataxós tornou-se um importante instrumento de difusão da sua cultura, bem como um ajustado mecanismo de fixação territorial e geração de renda, a partir da crescente procura turística por brasileiros e estrangeiros, especialmente a partir dos anos 70 (CUNHA, 2013).

O aumento da procura turística pela região da Costa do Descobrimento, especialmente, a partir dos investimentos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no ano 2000, por ocasião das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, estimulou a visita de turistas de todas as partes do país e do mundo, com conseqüente impulsionamento econômico e político em toda região da Costa do Descobrimento, evidenciando a etnia Pataxó, o que naturalmente fora utilizado por eles como instrumento de valorização e proteção cultural (GIMENEZ; COELHO, 2005; BISPO, 2019).

Nessa oportunidade, o interesse dos turistas em conhecer os hábitos de vida dos Pataxós, agrupado a um incentivo por parte das lideranças das aldeias, fortaleceu o hábito da aquisição das inúmeras formas de artesanato Pataxó, materializados nos mais diversos tipos de suvenires, acessórios culinários e alimentos tradicionais da sua cultura (GIMENEZ; COELHO, 2005).

Tendo em vista o infinito de possibilidades de formas, cores e utilidades para o artesanato Pataxó, essa manifestação cultural transcendeu seus parâmetros puramente econômicos locais, alcançando espaços em domicílios, empresas e espaços públicos de todo o país (COSTA, 2020; CUNHA, 2013).

Sendo assim, o tipo de artesanato pode ser considerado como um dos pilares da economia criativa desses povos, definição que representa um amplo conjunto de setores que desenvolvem bens e serviços, a partir de imagens, símbolos e textos, combinando criatividade, habilidade e talento humano (MIGUEZ, 2007).

Segundo Souza et al. (2018), a indústria criativa é baseada em inovação, habilidade e talento individual, potencializando emprego e renda através da propriedade intelectual. Além disso, ela traz consigo fundamentos da economia solidária e conhecimentos tácitos de comunidades tradicionais, compondo mais elementos da proteção a sua cultura, representada pelas particularidades contidos nas produções artesanais (DE JESUS, 2017).

O projeto RISADA (Rede Indígena Solidária de Arte e de Artesanato) pode ser tomado como exemplo, o qual foi desenvolvido pela ONG Thydêwá, com base na economia criativa e solidária integrando etnias Kariri Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá de Olivença. Esse projeto visa a criação de uma rede de artesanato indígena através de um processo educativo e mobilizador com viés solidário (DE JESUS, 2017). De acordo Estival et al. (2017), no final do ano de 2015 foram incorporadas as comunidades das etnias: Pataxó (da Aldeia Dois Irmãos (Prado - BAHIA) e da Aldeia Ribeirão (Porto Seguro) – BAHIA), os Kara potó (São Sebastião – ALAGOAS) e os Xokó (Porto da Folha –SERGIPE), sendo realizadas cerca de 10 vendas via comércio eletrônico e mais de 3000 itens comercializados em eventos nacionais.

Tais atividades não só permitem um ganho econômico, mas também um avanço educacional, a partir dos conhecimentos adquiridos nas práticas exercidas nesses projetos. Neles, são reforçados o ensino e aprendizagem dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades, valorizando os conhecimentos antepassados e transferidos de geração a geração ao longo do tempo, a partir da observação, oralidade e repetição de procedimentos culturalmente personalizados (FIGUEIREDO, 2015).

Esse modelo de aprendizado coletivo, além de demonstrar seu respeito pela autenticidade do seu fazer, revelam uma forma de respeitabilidade interna e externa para com sua cultura, elevando a estima dos seus pares e provocando a empatia de viventes locais e turistas com a cultura Pataxó (DE JESUS, 2017).

Educação, Sustentabilidade e o Artesanato

Desde os tempos primórdios, a terra sempre foi considerada a “mãe” destes povos, visto que tiraram da mesma tudo para sua sobrevivência, a exemplo dos alimentos, os meios de cura (plantas medicinais), ferramentas de defesa, entre outros. Assim, essa relação de dependência fez que com que eles desenvolvessem um sentimento de respeito e conservação da terra.

Nesse sentido, os povos originários são sem dúvida, a maior referência de uso racional e sustentável dos recursos naturais brasileiros, bem como uma referência na prestação de serviços ambientais a partir de sua simbiose com a natureza (PRADO, 2012).

Essa expertise em sustentabilidade veio cancelar a prática do turismo nas comunidades Pataxós e, conseqüentemente, agregar um valor na produção e comercialização do artesanato em suas aldeias, ressaltando-se a preocupação dos povos Pataxós com os fundamentos da coletividade étnica, embasados no ensino de suas tradições como forma de manutenção da sua cultura (BERGAMASCHI, 2012; DE JESUS, 2017).

A comercialização de seus artesanatos promove o contato direto dos Pataxós com o visitante facilitando a divulgação e a valorização da sua cultura. Contrapondo ao turismo convencional, esses povos buscam desenvolver um turismo nas suas terras,

tendo como protagonistas os próprios integrantes da comunidade, perpassando pela produção sustentável até a comercialização dos seus produtos sem a intermediação de terceiros. Dessa maneira, eles continuam sua luta de resistência à intervenções externas valorizando e divulgando sua cultura com ênfase na sustentabilidade (CUNHA, 2013).

Esta preocupação transcendeu a prática do fazer artesanal restrita às oficinas de produção nas comunidades, passando a compor os currículos escolares das etnias Pataxós, na forma de temas transversais como sustentabilidade, ética indígena, natureza e preservação da biodiversidade, dentre outras (PORTO, BONIN, 2020).

Naturalmente, os desdobramentos educacionais obtidos nessa vivência escolar refletem na formação do seu núcleo familiar, fortalecendo uma dupla via de evolução cultural na medida em que os pais ensinam e aprendem com seus filhos. Esses espaços educacionais em comunidade familiar contêm momentos formais e não formais, como os das atividades diárias nas quais se desenvolvem a linguagem, a economia e as relações de parentesco (BROSTOLIN, 2009).

Nesse sentido, De Jesus (2017) relata que a produção do artesanato Pataxó revela-se familiar, especialmente na coleta e confecção, dando vida ao processo de transferência dos conhecimentos tradicionais contidos nessas tarefas. A variedade de matérias e o contato com os turistas oferece a ampliação do universo criativo tão importante no contexto da cultura dos povos originários.

Cunha (2013), também relata a utilização de referenciais estéticos por parte dos artesãos Pataxós da aldeia Barra Velha, a partir do contexto da própria aldeia e de outras etnias como forma de incorporação de diversos universos culturais, a partir de novas formas de expressão e influência de compradores e visitantes, com a devida limitação estética.

Nesse contexto de interação entre Pataxós, viventes locais e turistas, se consolida um sinal de equilíbrio nessa relação estabelecida pelos motivos elencados no texto, atendendo, tanto a demanda de movimentação turística local quanto ao método de fixação e desenvolvimento geopolítico da etnia.

Considerações Finais

Através do texto, verifica-se a necessidade de melhor compreensão histórica da formação cultural, das tradições e crenças dos povos ameríndios, em especial dos povos tradicionais brasileiros em suas mais variadas etnias, como forma de pacificação sobre o seu verdadeiro valor em nossa formação cultural.

Essa compreensão pode colaborar nas movimentações de respeito à história e resistência desses povos, na luta pela sua própria sobrevivência e da sua cultura tão perseguida pelos “não índios” com interesses escusos, baseados na visão globalista.

Os Pataxós têm sabido resistir a essas adversidades, equilibrando as relações com viventes locais e turistas por meio da valorização da sua cultura na forma do turismo sustentável, especificamente através do artesanato, sem intermediação de terceiros. Esse modelo de turismo tem convertido de forma significativa em elementos de proteção cultural, afirmação étnica e desenvolvimento econômico em favor dos povos Pataxós, os quais são considerados como uma das etnias mais exitosas na reconquista de direitos e expressão geopolítica brasileira.

Por fim, recomenda-se a abrangência de estudos sobre a temática, especialmente, através das inúmeras publicações realizadas por pós-graduandos *stricto sensu* que ocupam cada vez mais espaço nas universidades.

Referências

ALCÂNTARA, Liliane Cristiane Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, v.7, n.2, p. 1-31, 2017.

AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. **Revista Varia História**, v. 22, n. 35, p. 189-206, 2006.

ANDRADE, Edson Dorneles de. O Indígena como usuário da Lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei nº 11.645/2008. **Cadernos CEDES**, v. 39, n. 109, p. 321-356, 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Cidade, Círculo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 53-64, 2012.

BISPO, Aline Santos. **Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente**. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade). Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2019.

BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile; VALENTE, Thiago Alves. Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade. **Estudos Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 53, p. 199-217, 2018.

BRASIL. Decreto n. 242, de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências. **Diário Oficial**, 29 de novembro de 1961.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Capítulo VIII, Dos Índios, Artigo 231. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **O Brasil indígena 2010**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone Figueiredo. Estilos de aprendizagem e de ensinagem na escola indígena Terena. **Construção psicopedagógica**, v. 17, n. 14, p. 24-43, 2009.

CARVALHO, Maria Rosário de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

CERQUEIRA NETO, Sebastião; DA SILVA, Leonardo Thompson. Turismo e Desenvolvimento: Transformações no território da região do extremo sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 55, p. 74-88, 2015.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. **Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 5, p. 42-69, 2006.

COSTA, Alicia Araújo da Silva. **Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira**. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade). Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

CUNHA, Renata Vieira da. **Artesanato Pataxó: diversidade de materiais, práticas culturais em processo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 2, 2017.

DICIO online 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/indigena/>>. Acesso em 26 abr. 2021.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: ANPOCS Paz e Terra, 1991.

FIGUEIREDO, J.L. Economia criativa, cidade criativa e desenvolvimento. In: E.A.S. TEIXEIRA; S.B. CORRÊA (Orgs.). **Economia criativa**. Rio de Janeiro, E-papers, p. 27-47, 2015.

GIMENEZ, Célia B.; COELHO, Raimundo S. **Bahia Indígena: encontro de dois mundos – verdade do descobrimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

ESTIVAL, K.G.S.; ANDRADE, J.C.P.; CORRÊA, S.R.S.; TEIXEIRA, L.R.; BENINI, E.G. Dos projetos sociais aos negócios sociais: um estudo da Rede Indígena Solidária de Arte e de Artesanato no Brasil (RISADA). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**. Março, 2017. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2017/03/risada.html>> Acesso em: 26 abr. 2021.

MAMANI, F.H. “**Buen Vivir/Vivir Bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**”. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOÍ. Lima, Peru, 2010.

MICHAELIS online 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ind%C3%ADgena/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: G.M. NUSSBAUMER (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, p. 95-113, 2007.

NEVES, Sandro Campos. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia-BA. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 9, n. 3, p. 45-58, 2011.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira. **Barra Velha: o último refúgio**. Londrina, 1985.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 661-684, 2009.

PORTO, Helânia Thomazine; BONIN, Jiani Adriana. A educação indígena Pataxó: entre distopias e utopias. **Tellus**, ano 20, n. 41, p. 101-128, 2020.

POVO PATAXÓ. **Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/invent%C3%A1rio%20cultural%20patax%C3%B3.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PRADO, R. M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Cultura, percepções e ambiente: diálogo com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ROCHA, D.F.; PORTO, M.F.S.; PACHECO, T. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 383-392, 2019.

SANTOS, Edleuza Alves. **Produção de Artesanato feito do Patina Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha**. Monografia. Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SANTOS, Gregório Tadeu Bonifácio; VIEIRA, Salete. A relação do turismo e artesanato na Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabrália – Bahia. **Anais XV ENECULT**, UFBA, 2019. Disponível em: <<http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112292.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SANTOS, R. V., COIMBRA JR., C. E. A., CARDOSO, A. M. Povos indígenas no Brasil. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., GUGELMIN, S. Â. (Orgs.) **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 20-45, 2007.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, p. 480-500, 2018.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis**: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ensino de história). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Elizabeth Regina Loiola da Cruz; MATTA, João Paulo Rodrigues; DIAS, Camila Carneiro. Economia criativa: reflexões sobre a regulação de conhecimentos tradicionais. **Anais IV ENECULT**, UFBA, 2018. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14638.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

STRACHULSKI, Juliano. **Kagwyri'pe jihoi**: o território como fundamento do saber tradicional Parintintin na Aldeia Traíra da Terra Indígena Nove De Janeiro, Humaitá-AM. Tese (Doutorado em Geografia - Gestão do Território: Sociedade e Natureza). Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

VERONEZ, Helânia Thomazine Porto. Escolaridade e Identidade Cultural: A construção da educação indígena no extremo sul da Bahia. **Revista Práxis Educacional**, v. 4, n. 5, p. 27-43, 2008.